

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA DA ADUSP

maio/2014 a abril/2015

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA DA ADUSP

maio/2014 a abril/2015

1. INTRODUÇÃO	1
2. CARREIRA DOCENTE	1
3. CRISE AMBIENTAL E ADMINISTRATIVA NA EACH	4
4. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	7
5. HU E HRAC	10
6. A LUTA E A GREVE NA DATA BASE DE 2014	12
7. GRUPOS DE TRABALHO (GT) E COMISSÕES INTERNAS (CI)	16
Relatório do GT Educação (GTE)	16
8. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ANDES-SN	18
9. ELEIÇÕES - ANDES-SN E CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR) ..	19
10. ATUAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)	19
11. COMUNICAÇÃO	19
12. INFORMÁTICA	21
13. JURÍDICO	22
14. RELATÓRIO DA REGIONAL DE BAURU	28
15. RELATÓRIO DA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO	31
16. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRACICABA	42
17. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRASSUNUNGA	46
18. RELATÓRIO DA TESOUREARIA	48
Anexos I-III (vinculados ao Item 6).....	57
Anexos 1-5 (vinculados ao item 15).....	76

DIRETORIA GESTÃO 2013/2015

Presidente	Ciro Teixeira Correia (IGc)
1º Vice-Presidente	César Augusto Minto (FE)
2ª Vice-Presidente	Oswaldo L. A. Coggiola (FFLCH)*
1º Secretário	Francisco Miraglia (IME)
2º Secretário	Antonio Carlos Cassola (ICB)
1ª Tesoureira	Lighia B. H. Matsushigue (IF)
2ª Tesoureira	Adriana P. B. Tufaile (EACH)
Diretor Regional de Bauru	César Antunes de Freitas (FOB)
Diretor Regional de Piracicaba	Demóstenes F. da Silva Filho (ESALQ)
Diretor Regional de Pirassununga	Andrés Versik (FZEA)
Diretor Regional de Ribeirão Preto	Caio Gracco P. Dias (FDRP)*

** Tanto o segundo vice-presidente como o diretor regional de Ribeirão Preto estão afastados da diretoria da Adusp por imposição estatutária, uma vez que assumiram a chefia de seus respectivos departamentos.*

1. INTRODUÇÃO

O relatório a seguir refere-se ao trabalho desenvolvido pela entidade no período que vai de maio de 2014 ao início de abril de 2015. A principal referência para as informações aqui coligidas foram sistematizadas a partir das edições de número 381 (12/05/2014) a 398 (20/04/2015) do Informativo Adusp, além das atas das reuniões do Conselho de Representantes (CR), das pautas e resumos de reuniões da Diretoria (Diramp), das atas das Assembleias Gerais da Adusp e da edição 57 (março de 2015) da Revista Adusp. Procurou-se dar continuidade aos itens e tópicos do último relatório da Diretoria (maio 2012 a abril 2013), nem sempre na mesma ordem, assim como alguns itens não tenham permanecido, por referirem-se a aspectos que se encerraram, ou tiveram maior proeminência no período anterior (Reforma e mudança para a nova sede, Cotas e PIMESP e Comissão da Verdade da USP).

2. CARREIRA DOCENTE

No período desse relatório, não houve maiores alterações no quadro descrito quanto à carreira no relatório anterior. Os problemas ali registrados decorrentes do processo de implantação da progressão horizontal na carreira docente (Resolução nº 5927/2011) permaneceram e não houve evolução ou interlocução com a reitoria a respeito das propostas apresentadas pela Diretoria da Adusp (Informativo Adusp 362, de 29/04/2013) para a revisão do processo previsto na resolução para meados daquele ano, que tampouco ocorreu. O que foi notícia a respeito no período, diz respeito aos desdobramentos dos casos tornados públicos dos professores Ciro e Denise do Instituto de Geociências (Igc), no editorial e matéria específica da pg. 7 do Informativo Adusp 396, de 9/03/2015.

O principais episódios do enfrentamento das questões da carreira no período se deram em torno da constituição e desdobramentos da criação do GT-Atividade Docente (GTAD criado pela Portaria GR 6545 de 30/4/2014) e da retomada nas mais variadas unidades de ensino e pesquisa das ameaças de mudanças de regime de trabalho por parte da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) explicitando o acirramento na gestão Zago da perspectiva de controle centralizado e ampliação da política produtivista na USP o que levou a

publicação na página da entidade em 09/042014 da matéria “Cert inquisicional nunca mais” que faz uma retrospectiva do enfrentamento desse tema.

Fato importante a favorecer as posições da reitoria nesse contexto foi a derrota judicial em última instância decorrente do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da ADI ajuizada pela Adusp em 2001 (vide Informativo Adusp 384, de 26/06/2014, pg. 4), arguindo a inconstitucionalidade do Regime de Experimentação de 6 anos na USP, o que estende para além da previsão legal, o tempo do regime probatório constitucional.

No que se refere às discussões sobre mudanças do estatuto da USP, em andamento no âmbito do Conselho Universitário (vide item Democratização da Universidade), o caderno publicado em março de 2015 sob o título “Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São Paulo (USP)”, consolidou as seguintes propostas para o item que diz respeito à carreira docente:

O excerto do “Programa Mínimo da Adusp para a USP”, aprovado por unanimidade na sessão da Assembleia Geral Permanente da Adusp de 7/11/2013:

Condições de trabalho acadêmico:

- avaliação qualitativa e global do trabalho docente, no âmbito das unidades, que contemple a análise de seus diversos aspectos: ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional;
- rediscussão ampla da estrutura da carreira docente, com as seguintes possibilidades de detalhamento: a) fim da centralização da avaliação externa às unidades; b) cancelamento da mudança que introduziu os níveis horizontais; c) reavaliação do nível em que a carreira deve se iniciar (MS1, MS2 ou MS3);
- extinção do processo de terceirização;
- fim dos contratos precários;
- reposição e ampliação do corpo de docentes e funcionários técnico-administrativos, visando a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e do engajamento institucional.

Caso o processo conduza à manutenção dos níveis horizontais, defendemos as seguintes propostas da Diretoria da Adusp, aprovadas na AG de 30/4/2013:

- Descentralizar o processo, substituindo o atual procedimento de inscrição e julgamento pelo sistema de editais semestrais regularmente publicados para as diferentes áreas, em todas as unidades da USP.
- Julgamento qualitativo e global das atividades desenvolvidas pelo candidato nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e engajamento institucional, bem como no projeto pedagógico-científico da unidade e/ou departamento (inerentes ao RDIDP e RTC). Este julgamento será feito por bancas constituídas no âmbito das unidades, que avaliarão o candidato por meio de prova única de defesa pública de memorial, não havendo concorrência entre os candidatos, sendo considerados aptos a progredir todos os que foram recomendados pela maioria da banca, sem que possam ser estabelecidos indicadores relativos a quantidade ou proporção de aprovados.
- Eliminar um dos níveis horizontais da categoria de Professor Associado mantendo, para aquele que permanecer, as atuais prerrogativas previstas para o nível de Professor Associado 3.
- Retirar a previsão do interstício preferencial de cinco anos para cada ascensão aos diferentes níveis.
- Manter explícita a possibilidade de progressão vertical, sem necessidade de prévia progressão horizontal.

No que se refere ao GTAD, para o qual a entidade encaminhou em 26/06/2014, amplo e diversificado material sobre carreira e RDIDP na USP (vide matéria na página da entidade divulgada em 06/08/2014) e que, no entanto, só tergiversou quanto aos convites da entidade para debates (vide Informativo Adusp 394 de 4/12/2014) e que somente em março de 2014, pouco antes da reunião do Co prevista para 7/4/2014 (onde o tema carreira docente estaria na pauta, no âmbito da agenda da CAECO de discussões não deliberativas sobre mudanças estatutárias) tornou público um texto a respeito de suas atividades, a entidade publicou na sua página em 10/04/2015 a posição crítica da diretoria a esse respeito no documento "Considerações da Adusp sobre o relatório do GT-Atividade Docentes" e, também, a matéria "o RDIDP e a produção científica, cultural e econômica do Estado de São Paulo", objeto de divulgação também na edição 398 do Informativo Adusp

3. CRISE AMBIENTAL E ADMINISTRATIVA NA EACH

Em 2013, iniciou-se uma crise na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), cujas causas principais foram a tensão acumulada por conta da conduta irresponsável da direção, quanto ao passivo ambiental da unidade, indícios de corrupção ou conivência com atos corruptos, perseguições via sindicâncias e censura do correio eletrônico. As placas colocadas pela Superintendência do Espaço Físico (SEF) da USP, na área central do campus, alertando que “Esta área encontra-se interditada por conter contaminantes com riscos à saúde” foram um estopim para a greve unificada das três categorias que durou de 10 de setembro a 30 de outubro de 2013.

Desta forma, a comunidade da EACH assumiu intenso protagonismo na luta pela democratização da unidade, com ganhos para a luta pela democratização da USP em geral, por exemplo, ao explicitar que sequer mecanismos de impedimento para dirigentes se encontram previstos nas normas vigentes; ao denunciar a não solução para os problemas do passivo ambiental do campus, sejam os de origem, vinculados à forma açodada com a qual se deu a implantação da escola, sem que tenham sido tomadas providências prévias para remediação da área e sem que tivesse sido expedida a devida licença ambiental por parte da Cetesb, sejam os decorrentes do aterro ilegal e criminoso de 2011, feito com aval da direção, quando foram depositados no campus cerca de 109.000 m³ de terra de origem ainda não esclarecida e, hoje, sabidamente contaminada com diferentes produtos e materiais tóxicos, que acabaram por fazer com que o Ministério Público Estadual (MP ou MPE) viesse a solicitar a interdição do campus, conforme determinada pela justiça em dezembro de 2013. Durante esta interdição as atividades de ensino e administrativas foram espalhadas pela cidade de São Paulo, em diversas unidades da USP, numa universidade particular e na FATEC do Tatuapé. Este chamado “plano B” ocorreu de forma extremamente precária, para citar apenas alguns exemplos, as aulas práticas demoraram a ter local apropriado, os estudantes enfrentaram graves problemas com deslocamento, falta de restaurante universitário, falta de biblioteca e salas de computação, os funcionários tinham que se revezar nos poucos equipamentos disponíveis para dar conta do trabalho administrativo e funcionários técnicos não tinham local de trabalho. Quanto às atividades de pesquisa e extensão, muitas delas foram totalmente suspensas, amostras foram perdidas e faltava até locais para reuniões.

No último ano a diretoria da Adusp continuou seu empenho no acompanhamento e na participação do processo, prestando todo suporte (político e jurídico) às questões da crise da EACH.

A reabertura do campus no início do segundo semestre de 2014, foi feita de maneira quase tão súbita quanto foi a interdição. Um desembargador do TJ-SP decidiu monocraticamente suspender decisão liminar de primeira instância, autorizando a reabertura do campus. A análise dos documentos da Cetesb que embasaram tal decisão confirmou a presença de problemas importantes ainda sem solução. A diretoria da Adusp submeteu a uma assembleia setorial da EACH e a uma assembleia geral a proposta de apresentação de um agravo recorrendo desta decisão.

Vários docentes da EACH foram contrários ao agravo e a assembleia setorial decidiu pedir que a Adusp não recorresse. Na assembleia geral, depois de explicações de ambos os lados e intensos debates, ficou decidido que o agravo seria apresentado; há um relato detalhado sobre esta assembleia na edição 386 do Informativo Adusp (04/08/2014) “Frente à truculência da reitoria, docentes reforçam greve e ampliam agenda”. Este recurso não teve seu teor analisado pelo TJ-SP, tendo sido indeferido por motivos regimentais (verificar se publicamos algo a respeito).

Em 07 de agosto de 2014, publicamos no site da Adusp “Manifestação da assembleia de estudantes da EACH (29/7/2014)”, que mostra que os estudantes entenderam o objetivo ao agravo feito pela Adusp, pois o manifesto termina com o trecho a seguir:

“Pelo exposto, a Assembleia dos Estudantes manifesta-se favorável ao Agravo proposto pela ADUSP contra a decisão de desinterdição da USP Leste. Explicitamos que este posicionamento não significa que a Assembleia é contrária a desinterdição, mas sim que há o entendimento de que ainda existem questionamentos não sanados e que merecem a atenção da Justiça para fazer cumprir aquilo que é direito de todos os estudantes e outros setores que compõe a comunidade da EACH, ou seja, a descontaminação total do campus.”

As atividades foram retomadas num campus parcialmente interditado. A área central do campus que contém a terra contaminada depositada em 2011 foi coberta com grama, contrariamente à exigência de cobertura com terra limpa e foi cercada por tapumes que hoje estão parcialmente caídos há semanas. Até o

momento não foi concluída a caracterização adequada deste aterro criminoso. Somente hoje, muitos meses depois da reabertura do campus, estão construindo as proteções para as bombas de ventilação de metano que estão vulneráveis e emitindo ruído de alta frequência. Até hoje não há autorização do corpo de bombeiros, que fez vistorias e constatou irregularidades nos sistemas de prevenção e combate a incêndio. Ainda não ocorreram os treinamentos do corpo docente e discente para os casos de emergência.

Além desses graves problemas ambientais, a apuração das responsabilidades por parte da reitoria ainda não ocorreu. O processo administrativo aberto pela reitoria, em novembro de 2013, para investigar as improbidades ocorridas em relação ao aterro criminoso de 2011 ainda não foi concluído. Durante este tempo, na Câmara dos Vereadores de São Paulo, foi iniciada (abril/2014) e concluída (fevereiro/2015) uma CPI sobre as áreas contaminadas da cidade, que focalizou a maioria de suas reuniões e esforços nas questões ambientais da USP-Leste, como é conhecida esta parte do campus. A diretoria da Adusp esteve presente em todas as reuniões desta CPI, acompanhando de perto os trabalhos que geram, no seu relatório final, encaminhamentos pedindo a remoção da terra contaminada e a apuração das responsabilidades do ex-diretor J. J. Boueri F., diretor da EACH durante o aterro. Temos uma matéria sobre o relatório desta CPI na edição 397 do Informativo Adusp (23/03/2015).

Também em 2014 a diretoria da Adusp continuou se reunindo com o MP para discutir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que chegou a ser assinado pela reitoria e pelo MP, mas não foi aceito pela Cetesb, como pode ser visto na edição 385 (21/07/2014), "USP assina TAC mas não resolve contaminação ambiental da EACH". A reabertura do campus ocorreu de modo muito distinto do compromisso assumido pela reitoria quando assinou este documento, que previa a reabertura do campus apenas depois da solução de vários pontos, para garantir a segurança dos frequentadores da EACH, veja matéria "Promotoria alega "dificuldades" em recorrer contra desinterdição, mas graves riscos gerados por crime ambiental persistem na EACH" de 31/agosto/14 na página eletrônica da Adusp.

Os problemas ambientais da EACH foram parte da pauta das audiências públicas na Alesp como podemos ler na edição 380 do Informativo Adusp (28/04/2014) "Audiência pública sobre USP Leste desnuda insensibilidade e

intransigência da reitoria” e nas audiências na Alesp durante a campanha de data-base 2014. Também foram parte da pauta das reuniões da diretoria da Adusp com a reitoria, como podemos ver por exemplo na edição 386 do Informativo Adusp (04/08/2014) “Zago e Vahan recebem representantes da Adusp”.

O acompanhamento da crise da EACH foi assunto de várias edições do Informativo Adusp, além dos já citados temos, na edição 381 (12/05/2014), “Congregação da EACH requer ao reitor a “imediate” saída de Osvaldo Nakao (SEF)”, na edição 382 (26/05/2014), “Reitoria engaveta parecer de “notáveis” sobre EACH”, na edição 383 (09/06/2014), “Debate sobre situação da EACH reúne comunidade universitária na FFLCH”, na edição 384 (26/06/2014), “Quem elegeu Boueri foi a EACH, diz Saldiva, portanto “quem tem de resolver o problema é a apropriada EACH” e na edição 396 (09/03/2015), “Estudantes ocupam Incubadora da EACH”. A matéria do número 384 gerou contestação de seis docentes, sendo cinco da EACH e um do IAG, em 03 de julho de 2014, publicamos no site da Adusp a matéria “Grupo de docentes da EACH contesta texto sobre seminário” no qual há um link para a carta de contestação.

Na última edição (57) da Revista Adusp, há o texto “Por que ‘Somos Todos EACH’ ” de Marcos Bernardino de Carvalho, Michele Schultz, Adriana Tufaille, Elizabete Franco Cruz, docentes da EACH, descrevendo a situação atual da crise na escola.

No item JURÍDICO deste relatório estão descritas as iniciativas de ordem judicial realizadas pela Adusp relacionadas às questões ambientais da EACH.

4. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Esse tópico destaca-se pela sua importância na atuação da entidade ao longo de sua história. Por isso, para melhor situá-lo serão aqui reproduzidos os parágrafos introdutórios ao tema que fizeram parte da abertura deste item no relatório anterior da diretoria (2013-2014).

Desde sua fundação na década de 70 (na Ditadura Militar, como “associação de auxiliares de ensino”) a Adusp luta pela democratização da universidade, de modo articulado com o movimento docente em nível nacional, organizado no Andes Sindicato Nacional, como também em conjunto com diferentes movimentos sociais que têm afinidade com a concepção de

universidade sistematizada na “proposta do Andes-SN para a universidade Brasileira” (Caderno 2, 4ª ed. Atualizada e Revisada, 2013, ISSN 1677-8707). É nesse contexto que a entidade sempre buscou articular-se com as demais entidades representativas de funcionários técnico-administrativos e de estudantes nas lutas pela democratização da Universidade de São Paulo, cujos marcos principais, desde então, foram os 4 congressos (1980, 1984, 1987e 2001) e o que deveria ter sido o 5º Congresso (2008).

Destes, os três primeiros foram os marcos principais que contribuíram para realizar o diagnóstico que ainda hoje tem validade sobre a estrutura conservadora e autoritária da USP, que a partir de então, só se viu consolidar. Ao mesmo tempo, surgiram as principais dificuldades para agregar força política suficiente para reverter essa situação. Em 1987, a partir do trabalho articulado realizado nos dois primeiros congressos, as categorias conseguiram levar a plebiscito uma proposta orgânica para o processo estatuinte que definiu o estatuto de 1988, que até hoje é a principal referência para o projeto de universidade que possa contemplar os principais eixos e princípios comuns, para além das naturais divergências quanto a aspectos específicos. Já os congressos de 2001 e 2008 marcam oportunidades desperdiçadas para se avançar nesta luta, não tendo sido capazes de obter avanços para a organização e a luta; ou, pior, sequer serem levados a termo, como o de 2008, ocasião na qual, uma vez inviabilizados os trabalhos diante das discordâncias quanto aos limites e diferenças de liberdade para dele participar entre as categorias e ao funcionamento das plenárias, o que restou para a Adusp foi organizar o 1º encontro de docentes de 2008, que aprovou um conjunto de resoluções para cada um dos seis temas principais da pauta prevista para o Congresso e que são hoje, a referência mais próxima da Adusp para as discussões sobre democratização.

Mais recentemente, na Gestão de J. G. Rodas, o descontrole, autoritarismo e perseguição a funcionários e estudantes engajados com a representação da categoria ou com qualquer tipo de atividade de militância política ou de crítica, ainda que nos limites das atividades institucionais, atingiu níveis tão acintosos (vide matéria: “Alívio! Termina a tenebrosa gestão de J. G. Rodas”, de Pedro Estevam da Rocha Pomar, Revista Adusp 56, de março de 2014) que, pela dimensão dos conflitos que causou, teve como desdobramento uma percepção mais ampla de que era preciso mudar o modo de exercício de poder e o conservadorismo reinante na instituição. É nesse quadro que se encontra também descrito no início

do relatório anterior da diretoria (2013-2014) que se tiveram desdobramento as principais iniciativas da entidade no período de 2014 e início de 2015, objeto deste relatório.

Desse modo, as principais iniciativas da entidade quanto à pauta da democratização em 2014-2015 se deram no contexto das consequências da reunião do Co de 01/10/2013 marcada por Rodas para tratar de mudanças no estatuto, diante da crise institucional decorrente em curso diante da sua descontrolada gestão.

Para essa reunião a Assembleia da Adusp de 27/8/13 decidiu organizar com as demais entidades um ato conjunto para na frente do edifício da Reitoria, em defesa das propostas de democratização de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

Contudo essa reunião é mantida e o Co entre outras providências decide que em 2014 deveria ser estabelecido um processo para tratar das mudanças estatutárias. O calendário desse processo conduzido pela Comissão Assessora Especial do Conselho Universitário, a CAECO, constituída por representações dos três segmentos da comunidade universitária e encarregada de coordenar o processo de discussão do temário proposto na reunião do Co de 25/3 sobre mudanças para democratizar a USP, é aprovado pelo Co de 31/3/2014.

A partir daí a Adusp se ocupa de consolidar propostas para os diferentes temas definidos pela comissão que seriam objeto primeiramente de reuniões não deliberativas do Co, que antecederiam as deliberativas.

Esse calendário, publicado na página da entidade em 31/03/2014 na matéria "Construir a unidade de ação para democratizar a USP" (Informativo Adusp 378) previa as seguintes datas e reuniões temáticas:

- 3 de junho. Discussão dos temas 1) Missão e princípios da Universidade, 2) Gestão, transparência e responsabilidade fiscal e 3) Ensino, Pesquisa e Extensão.
- 2 de setembro. Discussão dos temas 4) Eleição de Dirigentes, 5) Ética na Universidade e 6) Natureza, atribuições e composição dos Colegiados.
- 30 de setembro. Discussão dos temas 7) Carreiras e Regimes de Trabalho,

8) Autonomia e organização das unidades ou órgãos e 9) Formas de deliberação das alterações estatutárias.

- 11 de novembro. Definição das formas e calendário das deliberações de alterações estatutárias.

Essas reuniões diante da greve de havidada em 2014 (vide item 6 desse relatório) acabaram se efetivando respectivamente a primeira conforme previsto; a segunda em 11/11/2014, mas com a pauta da segunda reunião prevista para 2/9; a terceira em 07/4/2015 e a quarta em 14/4/2015.

A Assembleia Geral de 14/05/2015 decide solicitar que a Adusp seja ouvida na reunião do Co de 03/06, para apresentar suas propostas para o temário estipulado. A reitoria acolheu o pleito e a entidade teve voz em todas as três reuniões não deliberativas sobre essa agenda.

O conjunto das propostas da entidade foram consolidadas no Caderno (conforme aprovado na reunião do Conselho de Representantes de 27/11/2014) publicado em março de 2015 sob o título "Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São Paulo (USP). Essa publicação se ocupou ainda de trazer a público o grau de conflitos de interesse que além demais distorções que comprometem a representatividade do colegiado, lhe retiram também a legitimidade, diante dos vínculos de cerca de 1/3 dos seus membros com fundações privadas ditas de apoio e outras entidades (vide matéria na pg. 3 do Informativo Adusp 397 de 23/03/2015) que se ocupam da ilegal prática de oferecer cursos pagos em parceria com a universidade.

As principais notícias sobre o empenho da entidade nesse item se encontram tratadas nos Informativos Adusp 380 (28/4/2014), 383 (9/6/2014), 393 (17/11/2014), 395 (15/12/2014), 396 (9/3/2015), 397 (23/03/2015) e 398 (20/04/2015).

5. HU E HRAC

No entendimento da Diretoria da Adusp fica cada vez mais clara a estratégia adotada pela Reitoria, gestão Zago-Vahan (2014-2018), no que diz

respeito a como tratar o Hospital Universitário (HU) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC, conhecido como “centrinho” de Bauru), pura e simplesmente o estrangulamento desses dois importantes órgãos complementares (Regimento Geral, Art. 8º, I e II) para o cumprimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na USP. Os fatos relatados a seguir embasam o que foi afirmado anteriormente.

A decisão da reunião do Conselho Universitário (Co) de 26/8/2014, sobre a proposta da Reitoria (de 14/8!) de desvincular o HU e o HRAC, transformando-os em entidades associadas, que resultou na retirada do HU da pauta, mas retirou o HRAC do status de órgão complementar da USP (64 votos a favor, 27 contrários e 15 abstenções, sem sequer atingir o quórum exigido), vinculando o HRAC “ao gestor estadual do SUS”.

A Adusp protocolou na Reitoria, em 29/9, petição ao Co para que decretasse a nulidade da decisão tomada em 26/8 de tornar o HRAC mera entidade associada, por não ter respeitado o quórum exigido pelo Estatuto da USP, que exige maioria de dois terços do Co, no caso, o mínimo de 77 votos. A Reitoria não colocou o pleito da Adusp na pauta da reunião do Co de 3/3/2015 como também ignorou a petição assinada por 26 membros do colegiado para que a referida petição fosse analisada, em franco desrespeito às regras de funcionamento do Co.

Em 8/4/2015, a Adusp, juntamente com o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sintusp apresentam representação ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP), Promotoria da Saúde Pública (protocolo 0048992/15) requerendo a instauração de inquérito civil a fim de apurar atos praticados contra o HRAC e o HU, com vistas a um oportuno ajuizamento e ação civil pública e eventual responsabilização administrativa dos agentes públicos envolvidos nesses atos atentatórios à Administração Pública.

Concomitantemente a tudo o que foi mencionado, a Reitoria publicou a Portaria nº 6987, (DOE de 14/11/2014), que instituiu o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) aos servidores técnico-administrativos celetistas. Essa medida propiciou que 213 funcionários e, dentre estes, 18 médicos devam deixar o HU até o final de abril/15, e se deu acompanhada de outra iniciativa: a implantação de um novo teto salarial, que reduziu as horas-extras dos médicos, afetando plantões e atendimento à população. Algo à semelhança deve ocorrer

no HRAC, que em 2/2/2015 tinha deferido cerca de 90 inscrições no PIDV.

De 2014 até o presente momento (abril/15) a diretoria da Adusp realizou quatro reuniões com médicos para tratar da gravidade da situação do HU, as duas últimas ocorreram em 13 e 23/3/2015.

As principais notícias sobre o empenho da entidade no que se refere à manutenção do HU e do HRAC, com condições plenas de funcionamento, encontram-se tratadas nos Informativo Adusp 388 (1º/9/2014, editorial e p. 2, 3 e 4), 389 (15/9/2014, p. 3 e 5), 390 (24/9/2014, p. 6 e 7), 391 (13/10/2014, p. 3), 392 (27/10/2014, p. 4), 394 (4/12/2014, p. 5), 395 (15/12/2014, editorial e p. 3), 396 (9/3/2015, editorial e p. 7), 398 (22/4/2015, editorial e p. 6 e 7) e no caderno Adusp, de março de 2015, USP: “crise financeira” ou crise de financiamento?

6. A LUTA E A GREVE NA DATA BASE DE 2014

Os momentos mais importantes, tanto do ponto de vista político, quanto organizativo, surgiram durante a greve de 4 meses que marcou a campanha de data-base de 2014.

Há algum tempo antes do início das negociações com o Cruesp sobre a pauta de reivindicações do Fórum das Seis para a data-base de maio de 2014, alertávamos que o “clima de catástrofe”, alardeado pela reitoria da USP desde fevereiro/março de 2014, se transformaria em desculpa para tentar impor arrocho salarial a docentes e funcionários técnico-administrativos. Em duas sucessivas reuniões de negociação os reitores insistiram em apresentar 0% de reajuste salarial. A indignação de docentes e funcionários ante a intransigência do CRUESP manifestou-se pela decretação de greve. No caso da Adusp, a greve foi decretada em Assembleia Geral realizada no dia 21/5/14, para iniciar-se na segunda-feira, 27/4/14.

Antes do início dessa greve de 118 dias, a mais longa da história da USP, a Adusp já produzira material indicando que o governo do estado, como denunciávamos de há muito, deixava de repassar quantias significativas de recursos às estaduais paulistas, seja pelo desconto indevido do montante da habitação, seja omissão de alíneas importantes da arrecadação do estado, seja pelo “golpe” da Nota Fiscal Paulista. Os editoriais das edições 379 e 380 do Informativo Adusp (respectivamente de 14/4 e 28/4 de 2014) descrevem em

detalhe esta sonegação, mostrando que entre 2008 e 2013, o valor atualizado pelo IGP-DI do que não foi repassado à USP, Unesp e Unicamp atingia a cifra de R\$ 2 bilhões!

Tudo isto sem a devida reação do Cruesp, que recusava-se a enfrentar a responsabilidade estratégica de cobrar, energicamente, do governo Alckmin o aumento do percentual de 9,57% do ICMS-QPE, que permaneceu o mesmo desde que foi conquistado pelo Fórum das Seis em 1995, apesar do enorme crescimento e expansão a que foram submetidas as universidades estaduais.

Antes e ao longo da greve de 118 dias realizada pelo Fórum das Seis, envolvendo docentes, estudantes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, desenvolvemos um conjunto sólido e articulado de argumentos políticos e técnicos, que, juntamente com a capacidade de organização e luta, deram origem às significativas conquistas obtidas pelo movimento.

Alguns dos eixos centrais da greve iniciada no final de maio de 2014 eram os seguintes:

Rechaço enérgico ao arrocho salarial proposto pelo Cruesp e puxado pelo reitor da USP, M. A. Zago;

Aumento e perenização da dotação orçamentária das estaduais paulistas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano (LDO-2015), depois na Lei Orçamentária Anual para 2015 (LOA-2015) e na LDO-2016;

Insistência na necessidade urgente de transparência e controle social do uso de recursos fiscais e próprios da USP, com divulgação ampla de dados brutos, não agregados, de modo a possibilitar a análise crítica da destinação e das políticas da administração central;

Democratização estrutural da USP: administrativa, gerencial e, principalmente, das relações acadêmicas e sociais às quais estamos hoje submetidos. O império do chamado “produtivismo” é a morte da reflexão crítica e transformadora do trabalho intelectual de qualidade, substituindo-o por um raquitismo operacional que muitos desejam impor ao trabalho acadêmico.

Mudança do teto salarial no serviço público estadual, substituindo o salário do governador por 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Do ponto de vista organizativo foi importante a constituição e atuação da Comissão de Mobilização que além de colaborar com a diretoria da Adusp, construiu importantes ações de mobilização, entre as quais o ato “SOS USP - Em defesa da Universidade Pública”, realizado na praça do relógio da USP no dia 2 de setembro de 2014, contando com a presença de milhares de pessoas.

A Comissão de Mobilização construiu um caderno onde estão presentes alguns dos argumentos fundamentais que embasaram a luta da Adusp em toda esta campanha, intitulado “USP: “crise financeira” ou crise de financiamento?”, uma cópia integral do qual pode ser encontrada na página Adusp (<http://www.adusp.org.br/index.php/cadernos/2238-usp-crise-financeira-ou-crise-de-financiamento>).

A força e a racionalidade do movimento iniciado no final de maio de 2014 conseguiram tanto reverter a perspectiva de arrocho salarial: obtivemos 5,2% de reajuste, retroativos a maio/14, mas também mudar o posicionamento do Cruesp, ainda que com o isolamento político de Zago e Vahan, que passou a adotar propostas análogas às do Fórum das Seis, enviadas ao governo no ofício Cruesp 24/2014 (ver Anexo I). O quadro a seguir explicita semelhanças e diferenças entre as propostas do Fórum das Seis e as adotadas pelo Cruesp.

	Fórum das Seis	Cruesp
Habitação	Cessação imediata do desconto	idem
Aporte Emergencial em 2014	0,7% do ICMS-QPE	0,337% do ICMS-QPE
LOA-2015	Adicionais 0,7% aos 9,57% do ICMS-QPE	Adicionais 0,337% aos 9,57% do ICMS-QPE
LDO-2016	No mínimo 10% do total do produto do ICMS-QPE ao mês	No mínimo 9,907% do total do produto do ICMS-QPE ao mês ¹
Teto Salarial	90,25% do subsídio de ministro do STF	idem
Educa�o em Geral	No mínimo 33% do total do produto dos impostos	Não incluíram

Na quinta feira, 14/8/14, havia acontecido o maior ato da greve contra a

¹ Embora não conste explicitamente do ofício 24/2014 do Cruesp   Secretaria de Ciência e Tecnologia, foi informado pelo Cruesp na reunião de 18/9, que a base de cálculo proposta para os 9,907%   a mesma adotada pelo Fórum das Seis.

decisão dos reitores de conceder “reajuste zero” para professores e funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas. Cerca de 2.500 manifestantes, representando as três categorias das três universidades, andaram do Portão 1 da USP até o Palácio dos Bandeirantes, no bairro do Morumbi. O objetivo da manifestação era pressionar o governador Geraldo Alckmin contra o arrocho salarial e por mais verbas para as universidades. Já no Palácio dos Bandeirantes, os manifestantes pediram que fosse recebida uma representação do Fórum das Seis, e o governo concordou em atender a uma comissão de dez pessoas.

Foram apresentadas as propostas do Fórum das Seis, as mesmas que discutidas na véspera em reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp, entre elas as que constam da primeira coluna da tabela acima: a imediata interrupção dos descontos relativos à Habitação, o repasse imediato de 0,7% da QPE do ICMS a ser depositada até outubro de 2014, acréscimo correspondente a esses 0,7% aos 9,57% constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015 e a elevação, na LDO de 2016, para 10% do total do produto do ICMS para as universidades estaduais paulistas.

A comissão foi recebida por dois representantes da Casa Civil, aos quais foi relatada a situação atual de total intransigência do Conselho de Reitores (Cruesp) e a necessidade de mais recursos para as universidades. Os representantes da Casa Civil alegaram que a questão deveria ser tratada com a Assembleia Legislativa, ao que a comissão respondeu que o aumento do repasse só não foi incluído na LDO de 2015 devido à posição do Palácio dos Bandeirantes em contrário.

Outra frente importante de mobilização e luta foi na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Participamos de reuniões com a liderança do governo e o Colégio de Líderes da Alesp, assim como de diversas audiências das Comissões Permanentes de Finanças, Orçamento e Planejamento, de Educação e de Ciência e Tecnologia, sempre defendendo a pauta cujos eixos centrais estão expressos na tabela acima. Nestas oportunidades, foi entregue aos deputados documentos embasando e explicando nossas reivindicações (Anexos II e III).

Conseguimos que diversas emendas com contendo nossas reivindicações fossem apresentadas à LDO-2016. A total intransigência do governo Alckmin evitou não só que fossem aprovadas, mas que sequer fossem seriamente discutidas pela relatora da LDO-2016, deputada ou mesmo em plenário.

Não há dúvida de que a campanha e a greve, iniciadas no final de maio de 2014 obtiveram ganhos significativos, revertendo a perspectiva de arrocho salarial, a posição de negligência do Cruesp, com impacto importante na opinião pública e com saldos organizativos centrais para o desenvolvimento da nossa luta.

As principais notícias sobre os encaminhamentos adotados pela Adusp no que se refere às campanhas de Data-Base 2014 e 2015 encontram-se tratadas nos Informativo Adusp 379 (de 14/4/14, editorial), 380 (de 28/4/14, editorial), 381 (12/5/2014, p. 3), 386 (4/8/2014, editorial), 387 (15/8/2014, editorial e p. 3 e 4), 390 (24/9/2014, p. 1-5), 393 (17/11/2014, editorial), 394 (4/12/2014, editorial e p. 3), 395 (15/12/2014, editorial e p. 6), 397 (23/3/2015, editorial) e 398 (22/4/2015, editorial). Além deste material, há o caderno já mencionada acima, "USP: "crise financeira" ou crise de financiamento?", descrevendo alguns dos argumentos centrais que embasaram a luta e a greve de 2014.

7. GRUPOS DE TRABALHO (GT) E COMISSÕES INTERNAS (CI) DA ADUSP

Durante o período coberto por este Relatório, permaneceram como Grupos de Trabalho (GT, abertos à participação dos docentes sindicalizados) e Comissões Internas da entidade (CI, compostas pela Diretoria) os derivados seguintes: GT Direitos Humanos, GT Educação, GT Fórum das Seis, GT Saúde e GT Etnia, Gênero e Classe; CI Aproximação da Base, CI Previdência e CI Jurídico.

No entanto, no contexto da sobrecarga de trabalho, que vem sendo intensificada nos últimos anos tem sido restrita a atuação efetiva dos GTs e CIs no trabalho que tem sido encaminhado pela Diretoria, conforme tratado nos diferentes itens deste Relatório. O GT Educação elaborou a Relatório apresentado a seguir.

GT – Política Educacional (GTPE)

Nesse período o GTPE – Adusp teve apenas nove reuniões, menos do que nos anos anteriores devido à longa greve, de quase quatro meses, das universidades estaduais no ano passado. Representantes do GT também participaram de diversas reuniões do GTPE – Andes SN.

O GT esteve presente, em 2014, nas atividades relacionadas ao Encontro Nacional de Educação (ENE), em dois momentos: 1. na Etapa preparatória de

São Paulo do ENE, ocorrida em 26 de julho, apresentando parte de suas contribuições emanadas do seu caderno “Propostas necessárias para a Educação Nacional”, de setembro de 2013, relacionado à CONAE 2014; 2. no ENE propriamente dito, que ocorreu no Rio de Janeiro de 8 a 10 de agosto, quando apresentou também, entre outras propostas, sua contribuição “Em defesa dos recursos públicos para a educação pública estatal”.

O tema que tomou mais tempo do GT foi relacionado à construção do Plano Estadual de Educação (PEE), previsto para ser encaminhado à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) durante o mês de junho próximo. Por conta disso, o GT participou de várias reuniões plenárias e de grupos de trabalho do Fórum Estadual de Educação (FEE), que tinha a responsabilidade de construir o PEE. Esperávamos construir um PEE num ambiente minimamente democrático, tendo como referência o PEE – Proposta da Sociedade Paulista, de cuja elaboração a Adusp havia participado ativamente, durante o ano de 2003.

No entanto, algumas iniciativas do GT não foram aprovadas em plenárias do FEE, embora bem aceitas nos grupos de trabalho, causando um mal estar crescente nos membros do GT. Finalmente, a diretoria da Adusp, com base em carta detalhada elaborada pelo GT, relatando as discordâncias profundas de procedimentos e de conteúdo relativos à construção do PEE, aprovou a proposta do GT de desligamento da Adusp do FEE. No dia 12 de fevereiro último, a diretoria comunicou à presidência do FEE nosso desligamento. Cópias dessa carta de desligamento foram também enviadas para as dezenas de entidades do FEE.

Simultaneamente, o GT decidiu atualizar o PEE – Proposta da Sociedade Paulista, que, transformado no PL 1.704/2003, acabou sendo a única proposta de PEE a tramitar na Assembleia Legislativa (ALESP) nas últimas décadas, sendo apresentado e resgatado a cada novo período legislativo, por iniciativa de parlamentares. Várias reuniões com entidades, eventualmente também insatisfeitas com o caminho trilhado pelo FEE, abrem a expectativa de contar com apoio de outras entidades, nessa tarefa que o GT se colocou.

Ao longo desse período, o GT também debateu outros temas: 1. CONAE 2014; 2. reforma no Ensino Médio (PL 6840/2013); 3. avaliação do ensino superior (Sinaes, INSAES, entre outros); 4. crescente privatização desse nível de Educação.

8. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO ANDES-SN

Representação da ADUSP em atividades do Andes-SN			
Data	Local	Evento	Representante(s)
17 a 18/05/14	Brasília-DF	Reunião do GTPFS	Kimi Tomizaki (FE), Rosangela Sarteschi (FFLCH)
25/07/14	Brasília-DF	Reunião da Comissão da Verdade e do GTHMD	Helder Garmes (FFLCH)
26/07/14	São Paulo-SP	Encontro Regional de Educação	João Zanetic (IF), Lighia Matsushigue (IF)
08 a 10/08/14	Rio de Janeiro-RJ	Encontro Nacional de Educação	Otaviano Helene (IF)
21 a 24/08/14	Aracaju/SE	59º CONAD	Francisco Miraglia (IME), Lighia Matsushigue (IF), Rosangela Sarteschi (FFLCH)
26 a 28/09/14	Brasília-DF	XII Encontro Nacional das IEES-IMES	Francisco Miraglia (IME)
31/10 a 02/11/14	Brasília-DF	Seminário Nacional Sobre a Estrutura Organizativa do Andes-SN	César Freitas (FOB), Elisabetta Santoro (FFLCH), Lighia Matsushigue (IF), Rosangela Sarteschi (FFLCH), Robert Purdy (FFLCH)
21 e 22/11/14	Brasília-DF	Encontro do Coletivo Jurídico	Christiane Alves, Lara Ferreira (Assessoria Jurídica da Adusp)
23 a 28/02/15	Brasília-DF	34º Congresso	Andrés Vercik (FZEA), Arsenio Peres (FOB), César Freitas (FOB), Elisabetta Santoro (FFLCH), Flávio Tavares (ESALQ), Kimi Tomizaki (FE), Lighia Matsushigue (IF), Lilian Gregory (FMVZ), Maria de Fátima Francisco (FE), Osvaldo Coggiola (FFLCH), Rosangela Sarteschi (FFLCH), Robert Purdy (FFLCH)

9. ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA-SN E CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)

As eleições para renovação da Diretoria e do parte do Conselho de Representantes (CR) da Adusp foram marcadas para os dias 26, 27 e 28 de maio próximo, conforme edital de 13/04/2015, publicado no Informativo Adusp 398, de 22/04/2015. Nas reuniões do CR de 16/3/15 e 28/4/15, definiu-se a Comissão Eleitoral da ADUSP que ficou assim constituída: Elizabeth Maria Freire de Araújo Lima/FM, Francisco Miraglia Neto/IME e Lilian Gregory/FMVZ.

10. ATUAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES (CR)

No período, o CR da Adusp teve reuniões em 05/05/2014, 19/05/2014, 11/08/2014, 13/10/2014 e 27/11/2014. A atuação dos representantes foi responsável pelo acompanhamento e discussão da orientação política que permeia as ações da Diretoria, em especial nas atividades e eventos relacionados com a democratização da universidade e aprovação de despesas na qualidade de Conselho Fiscal da entidade. Permanece como preocupação constante, tanto da Diretoria como do atual CR, ampliar o número de unidades que contam com esta representação, sem a qual o trabalho da entidade junto aos docentes fica, no mínimo, bem mais limitado.

11. COMUNICAÇÃO

Entre 14/4/2014 e 23/3/2015 foram publicadas 18 edições do Informativo Adusp (380 a 397). A intensidade dos enfrentamentos realizados no período, especialmente em decorrência da greve contra o arrocho salarial, refletiu-se no aumento da produção de reportagens, notícias, artigos e editoriais tanto para o Informativo Adusp quanto para o portal digital. Por isso, 10 dessas edições tiveram 6 páginas e outras duas 8 páginas.

Além de reproduzir as matérias publicadas originalmente na edição em papel do Informativo Adusp, o portal da Adusp passou a publicar expressivo número de notícias e reportagens avulsas e a antecipar matérias destinadas ao

Informativo Adusp. Grande quantidade de documentos em PDF e outros formatos, bem como arquivos de áudio e vídeo, foi colocada no portal à disposição dos leitores interessados, como subsídio às matérias. Outra mudança foi o novo sistema de “tagamento” das matérias publicadas.

Principalmente durante o período da greve (27/5/2014 a 22/9/2014), o portal recebeu grande número de acessos, os maiores do ano. As matérias mais buscadas foram “Maior assembleia desde 27/5 entusiasmo! Greve continua e prepara marcha ao Palácio”, de 8/8/2014, com mais de 22 mil acessos, e “Aula magna de Marilena Chauí desvenda Universidade Operacional”, de 9/8/2014, com mais de 18 mil acessos. Esta estatística diz respeito ao conjunto de itens (hits) que compõem a matéria publicada no site e é confiável quanto à escala de envolvimento dos usuários do portal, porém não é um indicador seguro de que os respectivos textos foram lidos. Como a matéria “Aula magna...”, por exemplo, inclui duas fotos e um vídeo (o que resulta num total de quatro hits), o interessado pode ter optado por assistir ao vídeo em vez de ler o texto.

O maior “fenômeno” do portal foi o acesso ao texto “Inquérito do MPE traz revelações estarrecedoras”, sobre a EACH, buscado mais de 33.800 vezes, em razão da grande repercussão das denúncias sobre ilegalidades na construção do Templo do Rei Salomão, da Igreja Universal. Outro destaque foram os compartilhamentos de várias matérias por meio do Facebook, que em muitos casos chegaram a centenas.

Em março de 2015 foram publicados os cadernos USP: “crise financeira” ou crise de financiamento? e Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São Paulo, bem como a edição 57 da Revista Adusp. No momento em que se escreve este relatório encontra-se pronto para impressão o livro Aritmética, Política e Universidade.

Foi publicado na seção Tendências/Debates da Folha de S. Paulo o artigo “Privatização da USP”, correspondente à resposta sim dada à pergunta feita pelo jornal “USP deve acabar com cursos de extensão pagos?”, em 18/11/2014. Sobre a greve de 2014, os presidentes da Adusp, da Adunesp e da Adunicamp publicaram na mesma seção da Folha de S. Paulo o artigo “A conta que não fecha”, em 21/5/2014.

No período foram produzidos 45 clippings de notícias semanais.

12. INFORMÁTICA

Infraestrutura

- Manutenção periódica e substituição de componentes quebrados na base instalada de 17 computadores (12 estações de trabalho, 2 notebook e 3 servidores) e 7 impressoras.
- Atualizações semanais dos sistemas instalados em cada servidor e estação.

Publicações

- Edição de arte, diagramação, produção gráfica, orçamentos das seguintes publicações:
- Informativo Adusp - Edições 379 a 398 (quinzenalmente).
- Revista Adusp – Edição 57.
- Organizador Mensal 2015 – Criação, produção gráfica, tomada de preços.
- Agenda de bolso 2015 – Produção gráfica, tomada de preços.
- Material de apoio às Eleições Adusp 2015 (cartaz, edital etc.).
- Outros materiais – Folders, filipetas, murais, cartazes, malas-diretas.

Internet

- Atualização e manutenção do site e da intranet da Adusp.
- Transmissão dos boletins eletrônicos.
- Sistema de clipping.

Processamento de dados

- Processamento das informações referentes ao pagamento da Ação do Gatilho de beneficiários não encontrados nos anos de 2011 a 2013.
- Manutenção das bases de docentes, com incorporação mensal dos relatórios da Reitoria e posterior cruzamento para sua atualização.

Geração de relatórios mensais de filiação e desfiliação.

- Manutenção das bases de tesouraria, folha de pagamento, etiquetas, listas de e-mails de massa (sócios, não-sócios, Co, clipping, Aduspnet).
- Suporte aos usuários da Adusp
- Atendimento a todos os usuários dos computadores da Adusp (funcionários, diretores e visitantes).

Atendimento a docentes

- Atendimento a demandas de associados e entidades para criação e produção de materiais impressos (cartazes, folders, cartões).

13. JURÍDICO

Neste período as advogadas Lara Lorena e Christiane Alves desenvolveram as seguintes atividades internas, de âmbito exclusivamente administrativo, abaixo relacionadas:

1. Elaboração e protocolo de réplica em processo administrativo disciplinar nº 6189/2013 intentado pela Adusp perante a OAB - Seccional do Rio de Janeiro, em face dos advogados Christiano Madeira, Laynne de Andrade Alves e Leornado Mazine Barbosa de Oliveira, para apuração do cometimento de infrações éticas relacionadas à publicização de informações errôneas aos docentes sobre aposentadoria, com a decisão em favor da entidade para punição dos advogados para a pena de censura convertida em advertência.
2. Elaboração de nota de esclarecimento acerca do comunicado emitido pelo DRH da UNICAMP em 31.03.2014 para informar dos moldes de aplicação do teto constitucional que adotaria aquela Universidade a partir de então, decorrentes de decisão emanada do Tribunal de Contas do Estado. Verificou-se que o procedimento adotado pela Unicamp não se ajusta à jurisprudência do TJ-SP sobre o teto.
3. Elaboração de ofício à 4ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social do Ministério Público de São Paulo, nos autos do Inquérito Civil

941/2013 (apuração dos ilícitos nos quais o Prof. José Jorge Boueri, enquanto Diretor da EACH, teria incorrido quanto às irregularidades ambientais naquele campus) para dar a conhecer, nos autos daquele inquérito, o quanto decidido pelo Tribunal de Contas de São Paulo no julgamento do balanço geral do exercício de 2011 (processo TC-00195/026/11). O Inquérito Civil ainda não teve desfecho e o MP ainda não teve informações da USP sobre as sindicância instaurada pela reitoria (sequer se sabe se já foi concluída).

4. Participação da advogada Christiane Alves no II Congresso Nacional de Direito Sindical, ocorrido em Belo Horizonte, nos dias 05 e 06 de junho de 2014, oportunidade em que foi abordado, dentre outros temas, a criminalização dos movimentos sociais e os efeitos no sindicalismo, interdito proibitório: direito de greve X direito de propriedade, práticas antissindicais: o papel da OIT e do Judiciário, práticas antissindicais dos gestores públicos, assédio moral no serviço público, etc.
5. Elaboração de ofício à 2ª Promotoria do Patrimônio Público e Social do Ministério Público de São Paulo, nos autos do Inquérito Civil 088/2011 (apuração da nomeação pelo ex-reitor João Grandino Rodas do docente Gustavo Ferraz de Campos Monaco como procurador da USP sem concurso público, ademais a sua nomeação como procurador geral) para informar de recente decisão no STF contrária à nomeação de servidores não integrantes da carreira para ocupar a procuradoria-geral (Rcl 17601), igualmente a proibição em súmula do STF (685) da investidura de servidor em cargo, sem prévio concurso público, de carreira a qual não pertença. Procedimento ainda em andamento no MP.
6. Reunião com a promotora ambiental Paloma Sanguiné para atualização dos acontecimentos do caso ambiental da EACH, em 26.06.2014. Elementos oferecidos à promotora no sentido de melhor instruir a atuação do Ministério público no caso, em especial no que dizia respeito à elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta da USP diante da situação.
7. Elaboração de nota técnica para a diretoria acerca de eventual corte de ponto dos docentes que aderiram à greve e medidas judiciais em face de eventual concretude do corte de ponto. Tratou-se das limitações das

medidas judiciais possíveis, a saber, mandado de segurança ou ação coletiva ordinária.

8. Elaboração de nota informativa a respeito do provimento do recurso de apelação na ação para recomposição e pagamento das diferenças da URV pela USP, que subsidiou a matéria a este respeito publicada no Informativo nº 390.
9. Elaboração de nota informativa à diretoria a respeito do provimento do recurso de agravo de instrumento oposto pela Adunicamp perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, diante de decisão liminar que havia denegado pedido antecipatório dos efeitos da tutela, em ação judicial por si movida para o afastamento da aplicação do teto constitucional pela Unicamp.
10. Elaboração de nota técnica à diretoria acerca dos limites da isonomia de salários entre as universidades estaduais paulistas. Verificou-se que de concreto tem-se amparo apenas no princípio constitucional da isonomia.
11. Elaboração de análise dos aspectos das mudanças de delegação de competências na USP, alteradas em razão da revogação da Portaria 4685/2010 pela Portaria 6561/2014. Concluiu-se pela regularidade da portaria diante da legislação atinente à administração pública.
12. Elaboração de nota técnica em contraposição à nota da PGR sobre a legalidade da desvinculação do HRAC da USP.
13. Elaboração de petição ao Co para requerer o reconhecimento da nulidade de sua deliberação que aprovou a desvinculação do HRAC como órgão complementar da USP com quórum inferior ao exigido pelas normas da USP tomada em 26.08.2014.
14. Elaboração de ofício à chefia de gabinete da reitoria para prestação de esclarecimentos quanto ao convênio/contrato firmado entre a Universidade e a UNIMED para os campi do interior, bem como que informasse se tais contratos/convênios tiveram seu prazo expirado.
15. Elaboração de nota para o Informativo (publicada na edição nº 390) acerca da então pretendida propositura de ação judicial pela ADUSP para requerer o afastamento da aplicação do Decreto 28319/88 e da Resolução USP 4224/95, que tratam da incorporação dos regimes de trabalho docente na

USP, aos seus professores, em face da inconstitucional redução de proventos decorrente do cálculo dos benefícios de aposentadoria que estabelecem. Ação ajuizada em janeiro de 2015, que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública sob o nº 1002501-23.2015.8.26.0053.

16. Realização de análise preliminar a respeito da Resolução USP 6987/2014, que instituiu o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária aos servidores técnico-administrativos celetistas. Concluiu-se pela necessidade do PIDV ser mediado pelo sindicato da categoria. Na impossibilidade dessa mediação, seria necessária assistência do MTE.
17. Participação das advogadas Lara Lorena e Christiane Alves no Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, realizado em Brasília nos dias 21 e 22 de novembro de 2014. Relatório ANDES encaminhado à Diretoria.
18. Elaboração de parecer acerca da incompatibilidade legal da restrição de acesso dos dependentes de docentes aos Serviços Médicos, Odontológicos e Complementares disponibilizados pela USP, tendo em consideração, para tanto, a revogação da Resolução GR 6.545/2013, que argumentava-se previa os critérios de definição dos dependentes elegíveis à utilização de tais serviços. Parecer referido em matéria publicada no Informativo Adusp nº 394/2014
19. Elaboração de ofício à Superintendência de Saúde (SAU) para esclarecimentos quanto à competência para regulamentação no tema em questão.
20. Nota de esclarecimento à diretoria da resposta emitida pela SAU ao nosso ofício. Matéria será publicada no Informativo Adusp em breve.
21. Elaboração de ofício à Reitoria para esclarecimentos quanto suspensão de mudança de regime de trabalho docente até que estivessem finalizados os estudos para estabelecimento da nova política de regime de trabalho e progressão na carreira na USP.
22. Elaboração de nota informativa à Diretoria a respeito da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 609.381, com repercussão geral, que discutia as incidências sobre o teto constitucional.
23. Elaboração de ofício ao Gabinete da Reitoria para requerimento de esclarecimentos à USP quanto a aplicação da decisão liminar proferida

em Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Ministério Público no Tribunal de Justiça de São Paulo, que tramita sob o nº 2165511-31.2014.8.26.0000, para postergar a data de aplicação da lei que instituiu a previdência complementar no Estado (Lei nº 14.653/2011) aos ingressantes no serviço público, de 21.01.2013, data de aprovação dos planos de benefícios previdenciários complementares, para 02.10.2013, data de início da efetiva oferta do planos de benefícios. - Elaboração de nota publicada no Informativo nº 396 sobre o tema.

24.Elaboração de nova nota para o Informativo da ADUSP (pendente de publicação), em razão da resposta proveniente da reitoria sobre a aplicação da liminar supra mencionada.

25.Colaboração para regularização dos procedimentos de filiação/desfiliação da Adusp que está na pauta da reunião convocada para 28/04/2015 do Conselho de Representantes.

26.Acompanhamento dos processos administrativos de progressão na carreira dos docentes Ciro Correia e Denise Bacci do IGc.

27.Participação da advogada Christiane Alves no seminário Estado, Poder e Assédio: relações de trabalho na Administração Pública, realizado em Curitiba no dia 27 de março de 2015.

28.Parecer sobre o acórdão 4102 do Supremo Tribunal Federal, de relatoria da Ministra Carmen Lucia, sobre a aplicação do percentual mínimo de aplicação dos recursos orçamentários destinados à educação. Concluiu-se que não cabe à Constituição do Estado, ou à Lei infraconstitucional, vincular qualquer percentual ou valor orçamentário a determinado destino específico, ressalvado o caso das agências de fomento à pesquisa, porque para estas há previsão constitucional neste sentido.

29.Acompanhamento do presidente da Adusp em oitiva no Ministério Público Estadual sobre denúncias de cursos pagos na FUNBEO – em 18.03.2015.

30.Representação protocolizada junto ao Ministério Público Estadual – área da Saúde Pública em conjunto com o SINTUSP e SIMESP, acerca da desestruturação dos hospitais universitários da USP (Protocolo n. 0048992/15 de 09.04.2015), conforme matéria publicada no Informativo Adusp 398.

31.Análise de contrato a ser eventualmente firmado com o prestador de

serviços Caio Guidon para elaboração de cálculos na ação judicial ajuizada para incorporação de diferenças e pagamento retroativo da URV e reuniões para análise da proposta.

32. Participação das advogadas Lara Lorena e Christiane Alves no Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, realizado em Brasília entre os dias 09 a 11 de abril de 2015, onde foi registrada a preocupação desta entidade com a nova tentativa de registro sindical do PROIFES e esclarecida a nova linha de defesa, onde se tentará enfrentar primieramente com recurso administrativo do ANDES junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

33. Atendimento no plantão jurídico às quartas-feiras na sede da Adusp, com os desdobramentos de praxe: elaboração de requerimentos, ofícios e recursos administrativos, conforme consta da tabela a seguir, sobre os Relatórios de Atendimentos: Plantão Jurídico da Sede.

Plantão Jurídico da Sede - Relatório de Atendimentos

Período abril/2014 a março/2015

Mês	Atendimento sobre questão de ordem:			Subtotal Mês
	Pessoal	Previdenciária	Trabalhista	
Abril/14	5	6	3	14
Maio/14	2	2	1	5
Junho/14	2	1	2	5
Julho/14	0	1	1	2
Agosto/14	1	0	3	4
Setembro/14	2	3	4	9
Outubro/14	2	2	1	5
Novembro/14	1	6	5	12
Dezembro/14	5	1	3	9
Janeiro/15	2	4	2	8
Fevereiro/15	3	4	3	10
Março/15	1	8	2	11
Subtotal por categoria	26	38	30	TOTAL 94

14. RELATÓRIO DA REGIONAL DE BAURU

Histórico anterior

Na Faculdade de Odontologia de Bauru [FOB], existiam 14 Professores filiados à Adusp, antes da gestão do Prof. César Antunes de Freitas, iniciada em julho de 2011, como Representante da FOB no Conselho de Representantes [CR] da Adusp, sendo seu Suplente o Prof. Arsenio Sales Peres. Este número foi ampliado para 33, até 2013, mas 4 filiados faleceram nestes últimos 12 meses [a filiação cessa com o falecimento]. O número de filiados à Adusp é de cerca de 34, agora em março de 2015.

Em maio de 2013, o Representante cessante e seu Suplente coordenaram as eleições do novo Representante da FOB, com mandato bienal, a partir de julho de 2013, tendo sido eleito o Prof. Marco Antonio Húngaro Duarte; como seu suplente continuou o Prof. Arsenio.

Em junho de 2013, foi iniciada a confecção dos panfletos digitais nomeados "AduspBauru esclarece ..."; até agosto de 2013 já haviam sido divulgados os 3 primeiros números, os quais consistem respectivamente nos anexos 1, 2 e 3.

Em julho de 2013, o Prof. César foi o primeiro Diretor da então constituída Regional Adusp-Bauru.

Atividades da Diretoria local, no período referido no título.

Em 30/05/ 2014, foi realizada a 2ª. Assembleia da Adusp Regional Bauru, juntamente com uma Assembleia dos Docentes da FOB, totalizando-se 9 (nove) pessoas presentes, para discussão do tema de perdas salariais devida à inflação; as decisões então tomadas constam do documento intitulado "Deliberação dos Presentes" na referida Assembleia [anexo 4], dentre as quais é ressaltada a decisão de se manter no estado de Assembleia Permanente. Na 2ª. Assembleia Setorial, realizada em 03/06/2014, com 7 (sete) pessoas presentes, foi deliberado que os Professores da FOB permaneceriam em Assembleia Permanente, aguardando acontecimentos nas demais Unidades da USP. Na Assembleia seguinte (3ª.), em 10/06/2014, com 3 (três) pessoas presentes, foi encerrado o estado de Assembleia Permanente, sem qualquer posicionamento em relação aos movimentos dentro da USP.

Em 05/06/2014, o Diretor participou, como Convidado, da Assembleia da Adunesp, no Campus de Bauru da UNESP; tendo sido solicitado a falar, manifestou sua admiração pela Adunesp, lembrando que era importante (nas várias atividades das 3 Universidades Paulistas) a luta conjunta dela com a Adusp e a Adunicamp, assim como com o SINTUSP, o Sintunesp e o STU; encerrou a fala, agradecendo o convite e desejando um bom trabalho a todos os presentes, quando então se retirou.

Em 10/06/2014, o Diretor gravou uma entrevista na TV USP Bauru, sobre os acontecimentos ligados à Reitoria da USP, acerca dos reclamos gerais nos salários dos contratados pela USP, principalmente em função da perda inflacionária.

Em 03/09/2014, foi distribuído o panfleto digital "AduspBauru esclarece ...", no. 004, com o título "Adusp lutará para reverter a perda do Centrinho" [anexo 5].

Em 05/09/2014, o Prof. Francisco Miraglia (1º. Secretário da Adusp) fez um pronunciamento (por 10 minutos) na Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Bauru, dentro da Tribuna Popular, acerca de verbas para as 3 Universidades Paulistas e sobre as perdas que a USP e a Comunidade teriam com a eventual desvinculação do HRAC. No dia seguinte, o mesmo Professor discorreu (das 14:00 às 17:00 hs) sobre os mesmos temas da Sessão do dia anterior, na Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Bauru, na forma de Audiência Pública. Estas atividades foram previamente marcadas pelo Diretor da Adusp Regional Bauru, através do empenho do Vereador bauruense Roque Ferreira. Para participar das tais Sessões da Câmara de Bauru, o referido Diretor enviou convite aos Representantes de várias Associações de classe (Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas [Regional Bauru], Associação Paulista de Medicina [Regional Bauru], Associação Brasileira de Psicologia [Regional Bauru], Associação Brasileira de Enfermagem [Regional Bauru], Associação Brasileira de Farmácia [Regional Bauru], entre outras), assim como aos dirigentes de Sindicatos locais, jornais e canais de televisão.

Como resultado dos esforços já mencionados, os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Bauru, em 29/09/2014, durante sua 35ª. Sessão Ordinária, aprovaram a emissão de 2 apelos: o primeiro (protocolado sob número 065/14) foi dirigido ao Senhor Governador do Estado de São Paulo e ao CRUESP, solicitando que apoiassem as propostas do "Fórum das Seis",

protocoladas no Palácio dos Bandeirantes e na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da ALESP; o segundo (protocolado sob número 066/14), instava enérgica e enfaticamente o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo a rever a modificação do artigo 8º do seu Regimento Geral, mantendo o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC - Centrinho) como órgão complementar da USP.

Em 12/08/2014, o Diretor da Adusp Regional Bauru assistiu ao pronunciamento feito pela Diretora da FOB, durante cerca de 20 (vinte) minutos, no Ginásio de Esportes da FOB, às 18:30 horas, para os Alunos, Professores e Funcionários técnico-administrativos da FOB; ela criticou a greve e fez comentários sobre a desvinculação do HRAC.

Em 18/09/2014, às 14:00 horas, a Diretora da FOB fez um pronunciamento acerca do problema da desvinculação do Centrinho, num local dentro da área do HRAC, denominado Quiosque do Centrinho; de manhã, ela havia convocado a comunidade do HRAC (porém ninguém da FOB) para o que ela denominou de Reunião Aberta. O Diretor da Adusp Regional Bauru assistiu ao pronunciamento e fez um apelo a ela para batalhar, de modo que a cidade de Bauru e a USP não perdessem o Hospital. Instada pelos Representantes locais do SINTUSP a assinar uma moção de apoio à luta pelo HRAC, a Diretora pediu um prazo para analisar o teor do tal manifesto; no dia seguinte ela manifestou sua recusa em assiná-lo, o que foi gravado num arquivo digital de áudio (“Não assino isto!”), o qual se encontra em poder da Adusp.

Em 22/09/2014, às 18:00 horas, o Diretor da Adusp Regional Bauru compareceu (como convidado) à Assembleia convocada pelo DCE Livre da USP, a qual aconteceu no Teatro da FOB (antigo Salão Nobre), onde foram discutidos os últimos acontecimentos dentro da USP.

Em 29/10/2014, no saguão do prédio do HRAC, o Diretor da Adusp Regional Bauru assistiu ao Ato/Debate promovido pelo SINTUSP, denominado “Desvinculação dos Hospitais Universitários da USP: HRAC e HU”, no qual a Adusp foi representada pela Profa. Dra. Adriana Tufaile, uma das 5 pessoas que atuaram como Debatedores neste evento.

De 31/10 a 02/11/2014, o Diretor da Adusp Regional Bauru atuou como um dos Delegados Adusp, no Seminário Nacional sobre Estrutura Organizativa do ANDES, em Brasília-DF.

No decorrer do ano de 2014, o Diretor da Adusp Regional Bauru sempre colaborou (estando presente) com os Representantes locais do SINTUSP, em todas suas mobilizações e atividades, não apenas durante todo o período da greve, mas também nas ocasiões de luta pelo Centrinho. Além disso, ele procurou sempre cientificar a Adusp do andamento do programa de PIDV, na FOB, no HRAC e na Prefeitura do Campus local.

De 23 a 28/02/2015, o Diretor da Adusp Regional Bauru participou da Delegação da Adusp, no Congresso do ANDES, em Brasília-DF.

A partir de 15/03/2015, o Diretor da Adusp Regional Bauru iniciou nova série de contatos com os Vereadores bauruenses, para que eles apoiem a representação, via Promotoria Pública, que a Adusp agora faz no Foro da Cidade de São Paulo, buscando mostrar que foi ilegítima a Sessão do Conselho Universitário da USP, na qual o Centrinho foi desvinculado da USP. Assim, o Vereador bauruense Roque Ferreira já declarou verbalmente todo o apoio seu e dos seus colegas, inclusive oferecendo novamente a palavra à Adusp, tanto na Tribuna Popular, como na forma de Audiência Pública.

É necessário apontar, em todos os acontecimentos aqui relatados, a parceria constante com o Prof. Arsenio Sales Peres.

Bauru, 07 de abril de 2015.

César Antunes de Freitas
Diretor da Adusp Regional Bauru
Professor na FOB

15. RELATÓRIO DA REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO

Eleições realizadas no Campus de Ribeirão Preto

Conselho de Representantes Adusp. Mandato até maio de 2016:

Eleição realizada nos dias 13 e 14 de maio de 2014.

FORP-USP – Conselheiros eleitos: (Titular) - Profa. Dra. Suzie Aparecida de Lacerda e (Suplente) - Prof. Dr. Plauto C. Aranha Watanabe.

Diretoria da ANDES Sindicato Nacional. Gestão 2014/2017

Eleição realizada nos dias 13 e 14 de maio de 2014.

Urnas foram instaladas nas Unidades do Campus e na Sede Regional.

Eleita a Chapa ANDES SN de Luta e pela Base.

Reuniões do Conselho de Representantes da ADUSP Regional Ribeirão Preto

As reuniões são ampliadas, contando com a presença de docentes que já cumpriram mandato no cargo de Diretor Regional, no Conselho de Representantes e/ou docentes interessados.

Mantemos uma lista discussão na internet que garante um espaço de discussões de diversos temas entre os membros do Conselho Regional de Ribeirão Preto.

No período do presente relatório foram realizadas reuniões do Conselho Regional nas datas seguintes: 8/maio/14; 21/maio/14 (reunião realizada na FFCLRP sendo convidados todos os docentes do Campus de Ribeirão Preto em que foi aprovado o indicativo de greve. Durante o período de greve o Conselho Regional ampliou-se formando a Comissão de Mobilização que se reunia quase que diariamente na Sede Regional); 03/outubro/14; 10/outubro/14 (com a presença dos Diretores do SINTUSP-RP); 04/fevereiro/2015 (Situação da Creche Carochinha em Ribeirão Preto); 18/março/2015; e 30/março/2015 (Discussão sobre Relatório do GT-Atividades Docentes).

Representação da Adusp Regional no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto – COMDEMA

A ADUSP Regional tem mantido sua participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto. A partir de janeiro de 2014 a nossa representação é composta pela (Titular) - Profa. Dra. Elenice Mouro Varanda – Docente da FFCLRP-USP e (Suplente) - Profa. Dra. Elisabeth Spinelli de Oliveira da FFCLRP-USP

Representação da Adusp Regional: Regularização Socioambiental dos Assentados da Antiga Fazenda da Barra

Desde maio de 2011, a convite do Ministério Público Estadual, a Profa. Dra. Fabiana Cristina Severi – docente da FDRP-USP, tem participado dos

trabalhos da Comissão da Sociedade Civil para Acompanhamento e execução do Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, INCRA e Assentados da antiga Fazenda da Barra em Ribeirão Preto.

Apoio e participação da Regional em Eventos Culturais

X Semana Gramsciana em Ribeirão Preto O evento foi realizado entre os dias 10 e 14 de novembro de 2014 em diversos espaços culturais da cidade. A Regional colaborou na divulgação e com a ajuda financeira de R\$400,00.

Informática na Regional

Na Sede Regional dispomos de quatro micros computadores, um notebook e um servidor. Periodicamente é realizado a manutenção e reparos nos equipamentos. Todas as estações de trabalho e o servidor recebem atualizações semanais. Todos os usuários dos computadores recebem suporte para utilização dos computadores.

Aquisição e configuração de um “access point” para os frequentadores da Sede Regional terem acesso à rede “wireless” fornecida pela USP.

Campanha Salarial de 2014

Dia 26/maio/2014 foi realizada Assembleia Setorial dos docentes em frente ao Prédio da Sede da ADUSP Regional Ribeirão Preto sendo aprovado a adesão à greve. Foram confeccionadas três faixas com os dizeres “Docentes em Greve – ADUSP Regional Ribeirão Preto” e colocadas nos portões de entrada do Campus de Ribeirão Preto;

Dia 27/maio/2014 em conjunto com o SINTUSP, a partir das 7 horas foi realizada panfletagem nos portões do Campus. Às 9h30 realizada concentração de funcionários, estudantes e docentes no Refeitório Central e às 15 horas foi realizado um debate com o Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto – Docente da FFCLRP-USP com o tema: “Atual Situação da USP”;

Dia 28/maio/2014 foi realizada uma panfletagem nos portões de acesso ao Campus e a partir das 9h30 foi realizada concentração no Refeitório;

Dia 29/maio/2014 foi realizada panfletagem nos portões de acesso ao Campus; Às 11 horas na Sede da Regional foi realizada reunião da Comissão de Mobilização do Campus. Às 14 horas na EEFERP-USP foi realizado Debate sobre “Governança na USP” com Prof. Dr. Gustavo Assed da FDRP-USP; Às 17 horas foi realizada Assembleia Setorial da ADUSP Regional nas dependências da EEFERP-USP;

Dia 30/maio/2014 realizado trabalho na organização da Palestra com o Presidente da ADUSP; Divulgação e confecções de faixas;

Dia 2/junho/2014 às 8h30 na Capela do Campus foi realizado Palestra: “Financiamento da USP + Data Base” com o Prof. Dr. Ciro Correia – Presidente da ADUSP que contou com a participação de funcionários, docentes e estudantes;

Dia 3/junho/2014 às 11 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da ADUSP Regional. Saída de ônibus do Campus de Ribeirão Preto para participar do Ato Público em defesa da reabertura das negociações em frente a Reitoria da UNESP em São Paulo/Capital. Às 19h30, Aula na Greve na FFCLRP com o tema: “A Crise na USP” ministrada pelo Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto;

Dia 4/junho/2014 às 19h30 na FFCLRP-USP realizada reunião dos docentes para avaliação do movimento;

Dia 5/junho/2014 às 8h30 realizada Palestra na Capela do Campus, com o Prof. Dr. Gustavo Assed docente da FDRP-USP com o tema: “Democratização da USP”. Às 11h15 realizada Assembleia Setorial da ADUSP Regional na Capela do Campus; Às 18 horas os estudantes da FMRP-USP realizaram Assembleia e decidiram pela paralisação das atividades nos dias 10 e 11 de junho de 2014. A convite dos estudantes o Prof. Dr. Plauto Watanabe esteve presente na Assembleia representando a ADUSP;

Dia 6/junho/2014 às 9 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização do Campus na Sede da Regional para organizar as próximas atividades de greve;

Dia 9/junho/2014 foi realizada na entrada da EERP-USP montagem de uma banca da ADUSP em que eram distribuídos: informativos e revistas da ADUSP e panfletos sobre o movimento de greve;

Dia 10/junho/2014 às 9 horas foi realizada reunião Setorial dos docentes na FFCLRP-USP. Às 11 horas foi realizada Banca da ADUSP na Entrada do Prédio

Central da FMRP-USP. Às 18h15 na EEFERP-USP foi realizada atividade nomeada de “conversa na greve” com o Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto com o tema: “A Crise da Universidade”. Às 19h30 realizado debate na FFCLRP-USP com o Prof. Dr. Gustavo Assed com o tema: “Democratização na USP”;

Dia 11/junho/2014 às 11 horas foi realizada Banca da ADUSP na FCFRP-USP. Às 13h30 foi realizada Assembleia Setorial da ADUSP no Anfiteatro André Jacquemin da FFCLRP-USP;

Dia 12/junho/2014 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização do Campus de Ribeirão Preto na Sede Regional e redigida a carta “Quem Manda no Cruesp”;

Dia 13/junho/2014 o Reitor da USP – Após grande pressão por parte da Comissão de Mobilização Regional ele recebeu uma delegação da ADUSP Regional. Na ocasião, o Reitor recebeu em mãos da Comissão de Mobilização a carta intitulada “Quem Manda no CRUESP”;

Dia 16/junho/2014 às 10 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Às 17 horas foi realizada exibição do Documentário “Carne e Osso” na FFCLRP-USP;

Dia 17/junho/2014 às 10h30 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 18/junho/2014 às 9h30 foi realizada reunião com os três segmentos (docentes, funcionários e estudantes) na Capela do Campus para avaliar a reunião com o Reitor da USP Prof. Dr. Marco Antônio Zago ocorrida em 13/junho/14. Às 14 horas na EERP-USP foi realizada atividade “Conversa na Greve” sobre com o tema: “Crise na Universidade” com o Prof. Dr. José Marcelino de Rezende Pinto. Às 19h30 na FFCLRP-USP houve discussão a respeito da Deliberação nº111 do Conselho Estadual de Educação com a Profa. Dra. Cristina Pedroso docente do curso de Pedagogia da FFCLRP-USP;

Dia 23/junho/2014 às 10 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional sendo tratado a respeito da resposta à entrevista do Reitor da USP na Revista Veja;

Dia 25/junho/2014, em conjunto com os funcionários, até as 9 horas foi realizada concentração no Portão da Via do Café e em seguida foi realizada Aula na Greve ministrada pelo Prof. Dr. Plauto Watanabe com o tema: “A Crise na

Universidade e uma Reflexão Sobre as Posições Públicas de Zago”;

Dia 26/junho/2014 às 10h15 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 27/junho/2014 em conjunto com os funcionários às 9 horas foi realizada concentração de acesso a USP da avenida do Café e em seguida realizada plenária na entrada da FOR-USP. No período da tarde houve confraternização com festa junina na ARFUSP organizada pelo SINTUSP de Ribeirão Preto;

Dia 30/junho/2014 às 11 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional e enviado convite aos membros do GT Atividades Docentes ad USP (membros do Campus de Ribeirão Preto) convidando-os para debate;

Dia 1/julho/2014 às 15h30 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 2/julho/2014 participação das Professoras Doutoras Elenice Mouro Varanda, Bianca Cristina Correia e Elisabeth Spinelli de Oliveira na reunião da Diretoria Ampliada da ADUSP – DIRAMP e na Assembleia Geral da ADUSP em São Paulo/Capital;

Dia 3/julho/2014 às 10 horas foi realizado Debate na Capela do Campus com o Promotor de Justiça – Dr. Antônio Alberto Machado com o tema: “Democracia e Transparência nas Universidades Públicas”. Realizado às 16h30 Assembleia Setorial da ADUSP Regional no Anfiteatro Lucien Lison da FFCLRP-USP;

Dia 4/julho/2014 às 11 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 8/julho/2014 às 10 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 11/julho/2014 às 10h30 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional; Protocolado com a Secretária do Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto, convite da ADUSP para debate;

Dia 14/julho/2014 às 10h30 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 15/julho/2014 às 9 horas realizado evento: Café da Manhã na Entrada do Prédio Central da FMRP-USP. Às 11 horas Assembleia Setorial da ADUSP Regional na Sala 3 do Bloco Didático da FFCLRP-USP;

Dia 18/julho/2014 às 11h30 foi realizada Reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Foi editado panfleto conjunto com SINTUSP e DCE;

Dia 22/julho/2014 às 10 horas Reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 25/julho/2014 às 10 horas no Anexo A da FMRP-USP foi realizada reunião com o Presidente em Exercício do Conselho Gestor do Campus e Diretor da FMRP-USP – Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Júnior. Participaram os representantes dos três segmentos do Campus de Ribeirão Preto - (docentes, funcionários e estudantes);

Dia 28/julho/2014 às 10h30 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Participação da Profa. Elisabeth Spinelli na Assembleia Geral da ADUSP/Capital;

Dia 29/julho/2014 às 10 horas na Sede da Regional foi realizada reunião conjunta com DCE, SINTUSP e ADUSP;

Dia 31/julho/2014 às 9 horas foi realizada reunião de trabalho na Sede Regional para organizar as atividades do dia 4/agosto/14;

Dia 1/agosto/2014 às 10 foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 04/agosto/2014 às 10 horas foi realizada Aula Pública na escadaria do Prédio Central da FMRP-USP com a Profa. Dra. Amábile Rodrigues Xavier Manço – Representante da ADUSP; Dulce de Brito – Representante do SINTUSP e Luciana Rodrigues – Representante do DCE. Às 16 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 05/agosto/2014 a Comissão de Mobilização da Regional se reuniu com Prof. Dr. Pietro Ciancaglini – Vice-Diretor da FFCLRP-USP quando foi reiterado o convite para Debate do dia 12/agosto/14 na ADUSP/Capital. Na FDRP foi deliberado uma semana de paralisação das atividades com discussões diárias a respeito do atual momento vivenciado na USP;

Dia 8/agosto/14 às 10h30 foi realizada reunião da Comissão de

Mobilização da Regional.

Na EERP realizada reunião com os três segmentos (docentes, funcionários e docentes) quando foi aprovada moção para reabertura das negociações;

Dia 11/agosto/2014 foi realizada a 2ª reunião na EERP-USP com a participação dos três segmentos (docentes, funcionários e alunos). Posse dos Conselheiros da FORP-USP na ADUSP. Prof. Dr. Suzie Aparecida de Lacerda (titular) e Prof. Dr. Plauto Aranha C. Watanabe (Suplente) com mandato até maio de 2016;

Dia 12/agosto/2014 às 10 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Enviada mensagem aos sócios da ADUSP sugerindo vestirem branco e solicitado colaboração financeira aos funcionários que tiveram corte nos salários;

Dia 13/agosto/2014 na EERP-USP foi deliberado paralisação das atividades nos dias 14 e 15 de agosto/2014;

Dia 14/agosto/2014 realizado Ato Público em Frente ao Palácio Bandeirantes em São Paulo/Capital. Saída de ônibus de Ribeirão Preto organizado pelo SINTUSP. A Regional colaborou com a metade do frete;

Dia 15/agosto/2014 às 10 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional;

Dia 18/agosto/2014 às 10 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional; Às 14 horas foi realizada Assembleia Setorial da EERP-USP com a participação os três segmentos e aprovada a paralisação das atividades nos dias 18 a 22/agosto/14;

Dia 19/agosto/2014 às 18 horas foi realizado Ato Público na Câmara Municipal de Ribeirão Preto. A Profa. Dra. Bianca Cristina Correia – Representante da ADUSP e André Orlandi – Representante do SINTUSP se manifestaram na Tribuna Livre. A Câmara aprovou Moção em apoio à greve;

Dia 20/agosto/2014 = Tribunal Regional do Trabalho e Ministério Público do Trabalho indeferem pedido de liminar solicitado pela USP;

Dia 21/agosto/2014 às 14 horas foi realizada Aula na Greve com a Profa. Dra. Fabiana Cristina Severi da FDRP-USP com o tema: “Democracia na USP” no Espaço Cultural Capela do Campus de Ribeirão Preto. Às 16h30 realizada Assembleia Setorial da ADUSP Regional na Capela do Campus;

Dia 22/agosto/2014 às 14 horas foi realizada reunião com o Diretor da FMRP-USP para tratar a respeito do movimento;

Dia 25/agosto/2014 foram realizadas Congregações nas seguintes Unidades do Campus da USP: FFCLRP; EERP e FMRP;

Dia 26/agosto/2014 foi realizada reunião do Conselho Universitário da USP – CO;

Dia 27/agosto/2014 às 10h30 reunião da Comissão de Mobilização da Regional; Realizada Audiência Pública na ALESP. O Reitor Zago não comparece. O TRT advertiu a USP da ilegalidade no desconto nos salários dos funcionários em greve;

Dia 28/agosto/2014 em São Paulo/Capital foi realizada reunião da ADUSP com o Reitor da USP. O Prof. Dr. Plauto Watanabe – Representante de ADUSP participou da reunião. O Reitor delega ao CO a decisão do reajuste salarial. Às 14 horas foi realizada Assembleia Setorial na EERP-USP com os três segmentos. A Unidade está parcialmente paralisada;

Dia 29/agosto/2014 tentativa de agendamento de reuniões com os Diretores de Unidades do Campus, tendo em vista a reunião do CO para o dia 2/setembro/2014;

Dia 2/setembro/2014 às 9 horas foi realizado Ato Público em Defesa da USP e Serviços Públicos, promovido pelo SINTUSP, com a participação da Comissão de Mobilização da Regional na Capela do Campus. Às 11 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Reunião do CO sendo aprova o PIDV (Programa de Incentivo à Demissão Voluntária da USP) e o reajuste de 5,2% (a se pago em ser pago em duas parcelas);

Dia 3/setembro/2014 foi realizada a 3ª reunião de negociação entre CRUESP e Fórum das Seis. Saída de ônibus de Ribeirão Preto organizado pelo SINTUSP a Regional colaborou no pagamento do frete;

Dia 4/setembro/2014 às 10h30 reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Audiência do TRT e SINTUSP foi proposto a USP o pagamento do abono de 28,6%;

Dia 8/setembro/2014 às 15 horas foi realizada Assembleia Setorial da ADUSP Regional na FFCLRP-USP;

Dia 9/setembro/2014 foi realizada a 4ª reunião de negociação entre CRUESP e Fórum das Seis. Saída de ônibus do Campus de Ribeirão Preto organizada pelo SINTUSP. A Regional colaborou no pagamento do frete;

Dia 10/setembro/2014 foi realizada Reunião entre TRT e SINTUSP;

Dia 11/setembro/2014 às 16h30 Assembleia Setorial da ADUSP Regional;

Dia 15/setembro/2014 às 11 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Às 15 horas foi realizada reunião com o Vice Diretor da FMRP-USP Prof. Dr. Hélio Salgado e às 17 horas foi realizada reunião com o Diretor da FFCLRP Prof. Dr. Fernando Luís Medina Mantelatto. Nessas reuniões se discutiu sobre a reunião do CO agendada para o dia 16/setembro/14;

Dia 16/setembro/2014 foi realizada reunião do CO da USP. É aprovada a concessão do abono salarial aos docentes e funcionárias da USP no valor de 28,06% com 64 votos favoráveis; 33 votos contrários e 02 abstenções;

Dia 17/setembro/2014 às 11 horas foi realizada reunião da Comissão de Mobilização da Regional. Nova audiência entre SINTUSP e TRT. Às 14 horas, na FCFRP_USP, foi realizado um Debate promovido pela APG Ribeirão Preto sobre a Desvinculação do Hospital Universitário da USP. A Profa. Dra. Elisabeth Spinelli de Oliveira representou a ADUSP Regional; e Dia 18/setembro/2014 às 16 horas foi realizada Assembleia Setorial da ADUSP Regional na Sala 1 (atrás da Cantina do Seu Zé) na FFCLRP-USP. Conforme deliberado na Assembleia Geral da ADUSP realizada em São Paulo, no período da manhã, foi decidido encerrar a greve partir de 22 de setembro de 2014;

A greve completou 115 dias;

Suspensão do ingresso de novas crianças nas Creches USP

Dia 04/fevereiro/2015 foi pauta da Reunião do Conselho de Representantes de Ribeirão Preto a situação da Creche Carochinha do Campus da USP de Ribeirão Preto;

Dia 9/fevereiro/2015 a Adusp em parceria com representantes de pais de alunos(as) da Creche Carochinha realizaram uma reunião com o Reitor da USP – Prof. Dr. Marco Antônio Zago na PUSP de Ribeirão Preto, quando foi entregue um documento solicitando o cancelamento da suspensão do ingresso de novas

crianças nas Creches USP;

Dia 24/março/2015 na sede da Regional às 13 horas foi realizada reunião dos pais de alunos(as) da Creche Carochinha; e

Dia 31/março/2015 é concedida liminar pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para matrícula de uma criança de Docente na Creche Carochinha de Ribeirão Preto.

Entrevista Revista Revide de Ribeirão Preto-SP

Dia 10/março/2015 a Adusp Regional concedeu entrevista à Revista Revide de Ribeirão Preto sobre o tema "À crise na USP. Foram entrevistados, também, representantes do Sintusp de Ribeirão Preto e DCE. Matéria de Capa, publicada em 3 de abril de 2015. Revista Revide Ano 29, nº 13, Edição Semestral 775, páginas 12-16.

Atendimento Jurídico da Regional Ribeirão Preto

No ano de 2014 foram realizados dois plantões semanais nas segundas e quartas-feiras na Sede da Regional para atendimento aos sócios e, quando solicitado, a Dra. Ana Cristina Nassif Karam Oliveira participa de reuniões do Conselho da Regional e Assembleias, colaborando com esclarecimentos jurídicos diversos. Também presta assessoria ao Conselho Regional nos esclarecimentos jurídicos diversos e elaboração de pareceres.

Em janeiro de 2015, em caráter experimental, os plantões passaram a ser realizados às quartas-feiras no período das 10 às 14 horas.

Atendimentos realizados na sede da regional durante o período do presente relatório de atividades de abril/2014 a março/2015:

Realizados 04 atendimentos no mês de abril/14; 10 atendimentos maio/14; 01 atendimento junho/14; 19 atendimentos em julho/14; 05 atendimentos em agosto/14; 05 atendimentos setembro/14; 08 atendimentos em outubro/14; 21 em novembro/14; 11 em dezembro/14; 23 atendimentos em janeiro/15; 05 atendimentos em fevereiro/15; 08 atendimentos em março/15.

Profª Dra. Annie Schmaltz Hsiou
Coordenadora dos Trabalhos da ADUSP Ribeirão Preto
Gestão 2014-2015

16. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRACICABA

Assembleia de Docentes

Data: 26/05/14, 17h30 – Pavilhão de Ciências Humanas

Manifestação de Docentes e Funcionários

Data: 27/05/14, 9h – em frente ao prédio central ESALQ

Assembleia de Docentes

Data: 29/05/14, 17h – Pavilhão de Ciências Humanas

Presença: Prof. Ciro Teixeira Correia – presidente da ADUSP – SP

GREVE – a partir de 02/06/14

Assembleia de Docentes

Data: 02/06/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – GREVE

Data: 02/06/14, 16h. – Pavilhão de Ciências Humanas

Assembleia de Docentes

Data: 05/06/14, 9h30 – Pavilhão da Engenharia

Presença: Prof. Americo Sansigolo Kerr

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – GREVE

Data: 05/06/14, 16h. – Sede ADUSP

Lanche da Greve - Reunião de Docentes e Funcionários

Data: 06/06/14, 15h – Sede ADUSP

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – GREVE

Data: 09/06/14, 16h. – Sede ADUSP

Mobilização em São Paulo

Data: 10/06/14, 12h – saída de 02 ônibus

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria e grupos representantes de funcionários e alunos. – GREVE

Data: 16/06/14, 10h. – Pavilhão de Engenharia

Lanche da Greve - Reunião de Docentes e Funcionários

Data: 16/06/14, 16h – entrada principal do campus.

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – GREVE

Data: 17/06/14, 10h30 – Sede ADUSP

Almoço da Greve - Diretoria regional

Data: 23/06/14, 12h – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes

Data: 25/06/14, 9h – Pavilhão de Ciências Humanas

Assembleia de Docentes

Data: 03/07/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Lanche da Greve - Reunião de Docentes e Funcionários
Data: 03/07/14, 16h – Sede ADUSP.

Assembleia de Docentes
Data: 08/07/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria e grupos representantes de funcionários e alunos. – GREVE
Data: 10/07/14, 10h. – Sede ADUSP

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria e grupos representantes de funcionários e alunos. – GREVE
Data: 14/07/14, 9h. – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes
Data: 17/07/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria e grupos representantes de funcionários e alunos.– GREVE
Data: 22/07/14, 9h. – Sede ADUSP

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – GREVE
Data: 25/07/14, 16h. – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes
Data: 31/07/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria e grupos representantes de funcionários e alunos. – GREVE
Data: 05/08/14, 9h. – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes
Data: 07/08/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Atividade de Greve – Palestra Prof. Francisco Miraglia
Data: 12/08/14, 17h – Anfiteatro de Ciências Florestais

Assembleia de Docentes
Data: 13/08/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Assembleia de Docentes e Funcionários
Data: 15/08/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria e grupos representantes de funcionários e alunos. – GREVE
Data: 08/08/14, 9h. – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes
Data: 20/08/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Assembleia de Docentes e Alunos
Data: 22/08/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – Avaliação GREVE
Data: 26/08/14, 16h – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes

Data: 28/08/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria – Avaliação GREVE

Data: 02/09/14, 16h – Sede ADUSP

Assembleia de Docentes

Data: 04/09/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

Assembleia de Docentes em São Paulo

Data: 05/09/14, 15h

Assembleia de Docentes

Data: 10/09/14, 10h – Pavilhão de Ciências Humanas

FIM DE GREVE

Reunião ADUSP Regional Piracicaba – Diretoria

Data: 12/09/14, 10h – Sede ADUSP

Reunião Gramado Central - Avaliação de final de greve

Data: 15/09/14, 8h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba – Diretoria

Data: 22/09/14, 9h – Sede ADUSP

Almoço Diretoria regional

Data: 30/09/14, 12h – Restaurante dos Professores

Almoço Diretoria regional

Data: 03/10/14, 12h – Sede ADUSP

Almoço Diretoria regional

Data: 10/10/14, 12h – Sede ADUSP

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Preparação Palestra Prof. Coggiola

Data: 10/10/14, 17h – Sede Regional Piracicaba

Palestra Prof. Coggiola

Data: 13/10/14, 17h – Anfiteatro de Ciências Florestais

Reunião ADUSP Regional Piracicaba – Diretoria

Data: 16/10/14, 9h – Sede ADUSP

Almoço Diretoria regional

Data: 24/10/14, 12h – Sede ADUSP

Debate Diretoráveis ESALQ

Data: 31/10/14, 17h – Centro de Vivência

Debate Diretoráveis ESALQ – com Plebiscito

Data: 03/11/14, 17h30 – Centro de Vivência

Eleições Diretor – ESALQ

Data: 04/11/14, 7h às 16h – nos departamentos

Almoço Diretoria regional

Data: 06/11/14, 12h – Sede ADUSP

Almoço Diretoria regional
Data: 13/11/14, 12h – Restaurante dos professores

Semana de visita aos departamentos da ESALQ - Campanha de filiação
Data: 17/11/14 a 21/11/14, 8h às 11h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria
Data: 25/11/14, 9h – Sede ADUSP

Almoço Diretoria regional
Data: 04/12/14, 12h – Sede ADUSP

Lanche na ADUSP - Encerramento de 2014 - Reunião de Docentes e Funcionários
Data: 11/12/14, 15h – Sede ADUSP.

Confraternização Diretoria ADUSP
Data: 18/12/14, 19h30 – Restaurante

Recesso Final de Ano
Data: 22/12/14 a 04/01/15

Férias Secretaria ADUSP
Data: 05/01/15 a 16/01/15

Reunião ADUSP Regional Piracicaba - Diretoria
Data: 30/01/15, 10h. – Sede ADUSP

Lanche na ADUSP - Reunião de Diretoria – Planejamento/15
Data: 03/02/15, 16h – Sede ADUSP.

Lanche na ADUSP - Reunião de Diretoria
Data: 11/02/15, 16h – Sede ADUSP.

Reunião ADUSP Regional Piracicaba – Diretoria
Data: 26/02/15, 17h. – Sede ADUSP

Almoço Diretoria regional
Data: 03/03/15, 12h – Restaurante dos professores

Semana de visita aos departamentos da ESALQ - Campanha de filiação
Data: 09/03/15 a 13/03/15, 8h às 11h

Reunião ADUSP Regional Piracicaba – Diretoria
Data: 17/03/15, 10h – Sede ADUSP

Semana de visita aos departamentos da ESALQ - Campanha de filiação
Data: 23/03/15 a 27/03/15, 8h às 11h

Lanche na ADUSP - Reunião de Diretoria
Data: 31/03/15, 16h – Sede ADUSP.

Reunião ADUSP Regional Piracicaba – Diretoria
Data: 07/04/15, 10h. – Sede ADUSP

Demóstenes Ferreira da Silva Filho
Diretor ADUSP Regional Piracicaba

17. RELATÓRIO DA REGIONAL DE PIRASSUNUNGA

Eleições:

ADUSP - Suplente Conselho de Representantes FMVZ – 13 e 14/05/2014.

ANDES – Diretoria – Biênio 2014/2016 – 13 e 14/05/2014.

Assembleias:

Assembleias em São Paulo (participações do diretor regional e do Conselheiro) nos dias: 21/05 – 28/05 – 04/06 - 11/06 - 15/07 – 28/07 – 28/08 – 11/09/2014.

Congressos /Seminários:

34º. Congresso ANDES / SN – Brasília / DF – 23 à 28/02/2015 - participação do professor Andrés Vercik.

Participação do Diretor Regional nas reuniões de preparação para o Congresso ANDES, nos dias 14/01/2015 e 11/02/2015.

Reuniões:

Participação do Diretor Regional nas reuniões com a Diretoria em São Paulo, nos dias: 21/05 – 28/05 – 04/06 – 11/06 – 15/07 – 28/07 – 06/08 – 18/08 – 25/08 – 11/09 – 05/11 – 10/12/2014.

Participação do Conselheiro nas reuniões do Conselho de Representantes.

Diversas reuniões entre o Diretor Regional e os membros do Conselho de Representantes.

Reuniões com os associados.

Assembleias Locais:

Assembleias dos docentes: nos dias 19/05 – 22/05 - 28/05 – 02/06 – 05/06 – 09/06 – 16/06 – 07/07 – 14/07 – 05/08 – 08/08 – 15/08 – 28/08 – 05/09 – 11/09 – 17/09/2014.

Assembleia Conjunta, docentes, funcionários e estudantes, no dia 07/08.

Almoço na Greve

Almoço conjunto docentes e funcionários dia 05/09/2014

Panfletagem durante a greve.

Ato Conjunto:

08/07 – Portão do campus

14/08 – Palácio dos Bandeirantes – São Paulo

02/09 – SOS USP São Paulo

Debates:

Financiamento das universidades paulistas - 09/06/2014

Regime de Trabalho - 16/06/2014

Crise na USP – 30/07/2014

Governança – 30/10/2014

Audiência Pública:

Participação do Diretor Regional e do Representante do CR na Audiência Pública na ALESP – no dia 27/05/2014.

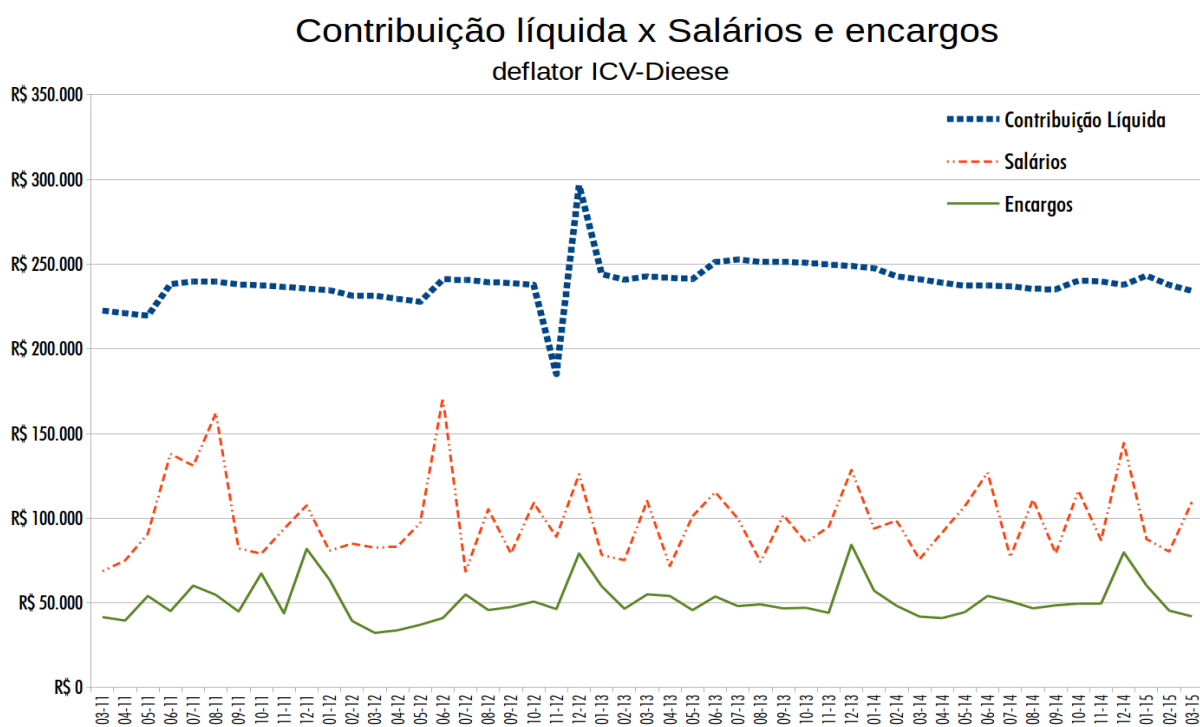
18. Relatório da Tesouraria: abril 2014 a março de 2015

Análise global dos investimentos da ADUSP no período

O presente Relatório pretende fornecer aos filiados da Adusp subsídios para o acompanhamento da evolução da receita e das principais despesas, ao longo do último ano, em complementação a dados dos últimos quatro anos.

A Figura 1 dá uma visão global de como se comportaram os maiores grupos de despesas no período em foco, em relação ao triênio anterior. Todos os valores do passado foram atualizados por meio do índice de inflação publicado pelo DIEESE, como tem sido feito historicamente pela Adusp.

Figura 1



A linha azul (tracejada) representa a contribuição líquida mensal recebida dos filiados da entidade, correspondendo à soma das contribuições mensais, subtraída dos 20% estatutariamente destinados ao Sindicato nacional, o ANDES-SN, acrescidos de um valor proporcional ao número de filiados (correspondendo, atualmente, a aproximadamente, 5 mil reais), também repassado, por decisão congressual, ao Sindicato e que é destinado a um Fundo especial de greve e solidariedade.

É possível ver claramente as pequenas subidas, em maio de 2011, 2012 e 2013, correspondendo aos reajustes de salário, seguidas de suaves descidas ocasionadas pela inflação. Por óbvio, dada a falta de reajuste na correspondente data-base, no ano de 2014, essa descida se prolongou até outubro. A descontinuidade verificada entre novembro e dezembro de 2012 deveu-se à exclusão, não autorizada, do desconto em folha de colegas, ação esta revertida no mês subsequente. A Figura 1 mostra que, em todo período de 4 anos, de longe, o maior investimento refere-se à manutenção do competente grupo de funcionários, o que permite o funcionamento de uma infraestrutura de apoio adequada às tarefas da ADUSP. Vale lembrar que a Adusp também mantém funcionários nas subsedes do interior, em vários campi da USP.

Os funcionários da Adusp são regidos pela CLT: as variações que se observam na linha vermelha (interrompida por pontos) decorrem principalmente de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte, e de metade do décimo terceiro salário (por exemplo, junho e dezembro). As Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) somam mensalmente um valor quase constante, da ordem de 13 mil e não estão incluídas nessa alínea. Outras importantes flutuações verificadas em determinados meses de 2011 e 2012 correspondem a horas-extras necessárias para o processamento das tarefas extraordinárias associadas ao êxito da “Ação do Gatilho” – trabalhos de preparação e de remessa postal de todos os termos de quitação em 2011 e trabalhos de digitação das DARF (valores e datas de recolhimento) dos beneficiários, em 2012. No período abrangido pelo presente relatório, a Adusp também teve que se valer de um número elevado de horas-extras, em função de atividades extraordinárias, associadas ao importante movimento de greve de 2014. Os encargos, legalmente determinados (linha verde contínua), quando atualizados pela inflação, somam a quantia aproximada de 50 mil reais (o imposto de renda retido na fonte está incluído e é responsável por picos, em particular nos meses de dezembro).

Verifica-se que uma porcentagem de aproximadamente 65% do total da receita é destinada para a remuneração do pessoal (incluídos os encargos legais), mantendo-se, em média, ao longo do quadriênio, mesmo porque tanto a arrecadação quanto a política salarial dos funcionários estão atreladas ao salário docente, que, até o início de 2014, teve ligeira melhora, em comparação ao deflator. Nos últimos meses, esta porcentagem aumentou para algo em torno de 70%, principalmente devido às horas extras, já mencionadas, durante a

campanha de data-base de 2014 e seus reflexos.

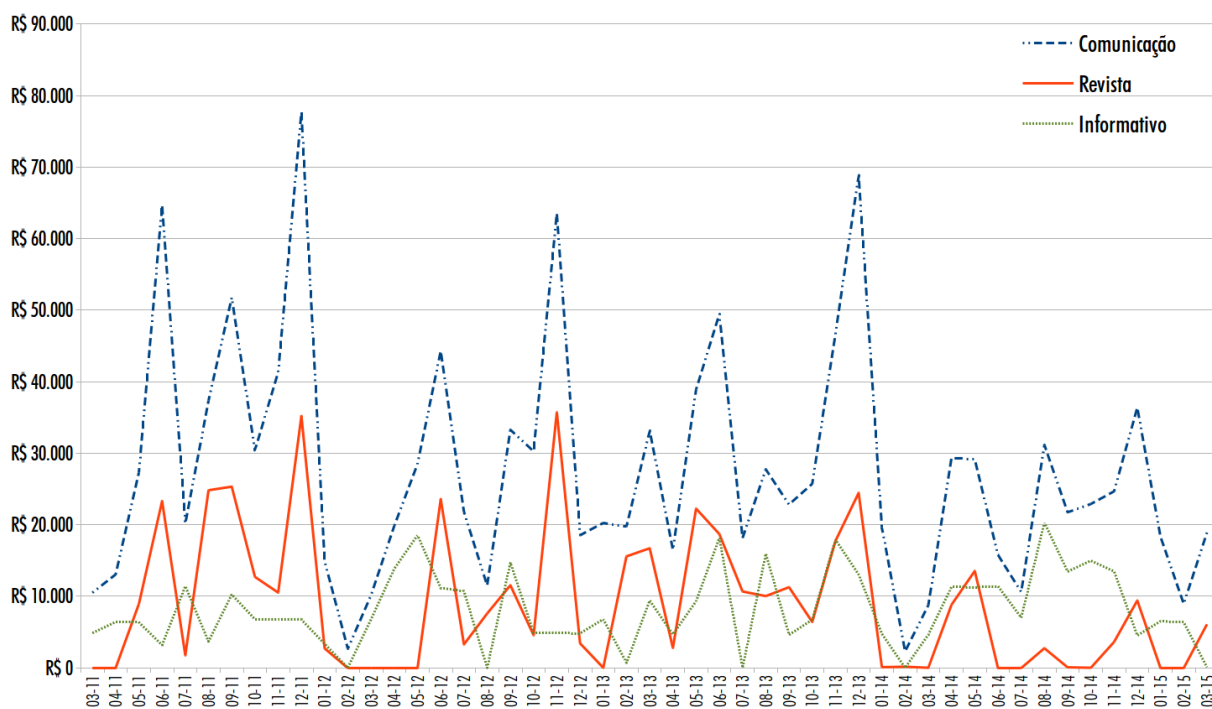
Em volume de recursos investidos, vem a seguir o grupo de despesas relacionadas à manutenção de um patamar razoável de comunicação, especialmente com os filiados, mas também com a sociedade em geral. Esse item corresponde, em média, a aproximadamente 15% da arrecadação mensal da entidade. No último ano, esta porcentagem caiu um pouco devido à menor frequência da Revista Adusp, com a edição de apenas um número no período, mas, a partir de março de 2015, serão registrados gastos com o número 57 da Revista Adusp e os três cadernos: “USP: 'crise financeira' ou crise de financiamento?”, “Propostas da Adusp para democratizar a Universidade de São Paulo (USP)” e “Aritmética, Política e Universidade”.

Na Figura 2, são detalhadas as contribuições dos dois itens mais importantes nesse quesito, ou seja, as despesas com o Informativo Adusp (quinzenal) e a Revista Adusp. Pode-se verificar que não houve aumento médio de despesas nesses itens no último ano, em relação ao triênio precedente.

Figura 2

Despesas com comunicação, revista e informativo

Deflator ICV-Dieese



Quanto ao Informativo Adusp, que é de responsabilidade primeira da Diretoria, a despesa maior está associada à sua impressão e, recentemente, vem variando de pouco mais de 4 mil a algo em torno de 8 mil reais por edição, a depender do fato de a particular edição exceder, ou não, as quatro páginas (o padrão). Quando ocorre de, no mesmo mês, haver mais de uma edição excedendo o padrão, a despesa com esse item pode subir a quase 20 mil reais, como se verifica, ocasionalmente, no gráfico (linha verde pontilhada), por exemplo, durante o período em foco, no mês de agosto. Nos meses de férias normalmente o Informativo não é produzido, o que justifica a queda dessa despesa em todos os meses de fevereiro do quadriênio. O custo de correio para envio aos filiados que não o recebem por escaninho também não é desprezível, variando entre R\$ 2,5 a 3,0 mil, valor incluído nas despesas totais com Comunicação (linha azul, interrompida por pontos), na Figura 2. Essas despesas totais também incluem outras ações de comunicação com filiados, por exemplo a confecção de brindes de fim de ano, responsáveis por picos em meses de novembro/dezembro, nos vários anos.

A despesa com a Revista Adusp é menos previsível, conforme pode-se constatar no mesmo gráfico. Nota-se, no entanto, que no período deste relatório essa despesa (linha vermelha contínua) ficou bem abaixo da média dos anos anteriores. A escolha do tema compete ao Corpo Editorial da Revista – totalmente independente da Diretoria em exercício, sendo que apenas um entre os nove membros da Comissão é indicado pela Diretoria (atualmente, o colega Prof. Dr. Antonio Carlos Cassola). A maioria das reportagens corresponde a textos jornalísticos remunerados, encomendados e revistos pelo editor, nosso jornalista-chefe, Pedro Pomar.

As despesas com a manutenção da sede não são apresentadas em gráfico por serem constituídas por vários itens de menor porte. Mesmo quando a Adusp esteve fora da sede (como ocorreu durante todo ano de 2013), o que acarretava pagar aluguel e outros gastos, tais despesas não chegaram a ultrapassar 10% dos recursos arrecadados, no ano.

Análise dos investimentos da ADUSP em eventos locais e do Sindicato Nacional

Na Figura 3 encontram-se representadas as despesas com a campanha de data-base e a participação da entidade nas atividades do Andes - Sindicato Nacional do qual somos parte constitutiva, como uma de suas Seções Sindicais.

Despesas com Eventos Andes e Eventos Adusp deflator ICV-Dieese

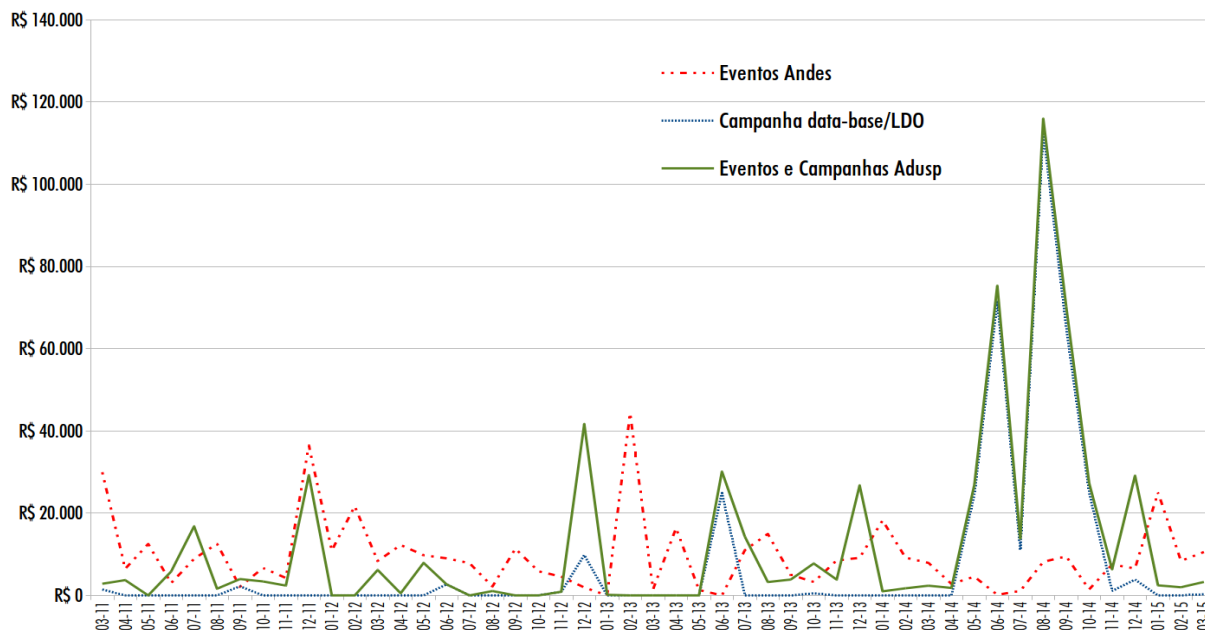


Figura 3

As maiores somas relativas aos eventos do Andes (linha vermelha interrompida por pontos) referem-se à participação da delegação da Adusp nos Congressos e nos Conad (conselhos), atividades anuais do Andes-SN. No início de cada ano, apenas a participação de uma delegação - constituída por até 12 membros - nos Congressos corresponde a valores que podem exceder 20% do que é arrecadado mensalmente, dependendo da distância até o local do evento, que é itinerante (meses de janeiro/fevereiro de cada ano). A participação nos Conad, em meados de cada ano, em geral com delegação menor, consome menos da metade desse montante.

É preciso considerar também a participação dos representantes da Adusp nos Grupos de Trabalho do Sindicato Nacional, em especial nos de Política Educacional (GTPE) e de Classe, Étnicoraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) e, além disso, a contribuição de membros da Adusp nas discussões e na organização das universidades estaduais e municipais (Setor das IEES/IMES); cada um desses agrupamentos organizativos demanda dois ou três deslocamentos anuais para Brasília.

No período em foco, de longe, a maior despesa no item “eventos e campanhas Adusp” (linha verde contínua) foi a longa campanha de data-base de 2014, tanto que, no período, essa linha se torna quase indistinguível da linha que representa esse item específico (azul pontilhada). Em particular, salientam-se os picos de maio a outubro de 2014, período da greve vitoriosa de 118 dias. As despesas totais com a campanha de data-base 2014 foram de aproximadamente R\$ 295 mil.

Detalhando os investimentos com esta campanha, as maiores somas corresponderam a:

- Eventos do Fórum das Seis incluindo rateios, transporte e carros de som, chegando a aproximadamente R\$ 119 mil;
- Arraial da Greve - quase R\$ 12 mil, sendo os maiores gastos com barraquinhas R\$ 6.600, carro de som R\$ 2.600, músicos R\$ 1.300.
- Evento SOS USP com despesas próximas de R\$ 65 mil; nesse caso, os maiores gastos foram aluguel das tendas e palco R\$ 23.500, aluguel de equipamento de som R\$ 15.800, pagamento de músicos R\$ 8.000 filmagem R\$ 4.800 e aluguel de banheiros químicos R\$ 1.100.
- Outras despesas com eventos Adusp (exceto Arraial da Greve e SOS USP) como despesas com reuniões, boletins, faixas, cartazes e panfletos, “Café na Greve”, etc. por volta de R\$ 61 mil.
- Cestas Básicas para doação aos funcionários com pontos cortados, aproximadamente R\$ 35 mil.

Os outros eventos da Adusp que consomem as maiores somas correspondem ao tradicional baile de final de ano e às posses da Diretoria a cada biênio e são responsáveis pelos principais picos menores da linha contínua, na Figura 3. Em 2013, houve também um aumento de despesas que se refere a eventos relacionados com os sérios problemas vividos pela EACH, a unidade da USP na zona leste da capital.

Doações e empréstimos

Conforme decisão antiga do Conselho de Representantes (CR) da Adusp, a Diretoria tem delegação para autorizar doações, que não ultrapassem o valor de R\$ 400,00 - valor respeitado até hoje -, para eventos de entidades com as quais temos afinidades nas pautas que defendemos. Empréstimos ou doações superiores

demandam aprovação do CR e/ou de assembleias gerais. A Tabela 1, a seguir, arrola todos os empréstimos e doações realizados no período do presente relatório.

Tabela 1 – Doações de abril/2014 a março/2015

Data	Destinação	Valor (R\$)
11/04/14	Rede Emancipa	400,00
25/04/14	Organização do 24º Congresso Nacional de Pós-Graduandos	400,00
30/04/14	Movimento Passe Livre	400,00
02/05/14	Movimento Passe Livre	400,00
05/06/14	Movimento em Defesa da Moradia	400,00
30/07/14	Rede Emancipa	400,00
24/10/14	Organização da X Semana Gramsciana em Ribeirão Preto	400,00
03/11/14	Moradores do Crusp - passagens	333,25
28/11/14	Movimento em Defesa da Moradia	400,00
02/12/14	Movimento Levante Popular da Juventude	400,00
16/01/15	Movimento Passe Livre	400,00
16/01/15	VII Encontro de jovens: MST e MAB - Mov. Atingidos por Barragens (aprovado pelo CR em 17/10/2014)	3.000,00
04/02/15	Rede Emancipa	400,00
23/03/15	MTST. Aprovado pelo CR em 17/03/2015	3.000,00
	Total	10.733,25

Resumo Patrimonial

As despesas com a reforma da nova Sede da Adusp foram, praticamente em sua totalidade, custeadas pelos recursos voluntariamente repassados por nossos filiados em retribuição à “Ação do Gatilho”; a somatória de tais repasses foi depositada numa conta poupança específica. A maior parte dessas despesas ocorreu no período do relatório anterior, apenas algumas pequenas despesas com a nova sede ocorreram no último ano. Essa conta poupança, que, em começos de 2013, chegou a atingir um pouco mais de 700 mil reais, contém atualmente valores da ordem de 210 mil reais. Vale assinalar que o Fundo de Reserva que a entidade mantém para despesas extraordinárias, como as

associadas a greves ou outros movimentos de envergadura maior, sofreu baixa no último ano, devido principalmente às despesas com a campanha data-base de 2014, mas se encontra com saldo de aproximadamente 790 mil reais, como pode ser percebido na Tabela 2. O saldo total do ativo financeiro da Adusp conta com pouco mais de 1 milhão de reais.

Resumo da tesouraria - abril 2014 a março de 2015
Tabela 2 – Receita e principais itens de despesa da Adusp

Mês	Contribuição líquida dos associados (R\$)	Salários e encargos (1) (R\$)	Comunicação (2) (R\$)	Eventos e campanhas (3) (R\$)	Fundo de Reserva (R\$)
Abr/14	218.865,80	137.156,74	27.437,67	5.522,92	986.510,95
Mai/14	218.513,22	154.967,22	27.384,98	31.264,17 (24.339,15)	995.643,20
Jun/14	223.313,43	188.251,43	14.834,02	71.458,22 (67.495,66)	967.568,83
Jul/14	218.496,99	145.994,29	9.978,52	14.429,60 (10.400,24)	977.602,95
Ago/14	218.485,72	163.387,38	29.520,17	117.954,98 (106.922,66)	824.432,80
Set/14	218.401,15	135.038,13	20.600,95	75.629,59 (61.779,48)	827.514,23
Out/14	225.159,43	172.466,88	21.744,80	27.718,74 (23.767,44)	827.441,99
Nov/14	224.445,79	142.629,15	23.544,29	13.947,38 (1.028,00)	832.693,28
Dez/14	223.353,07	228.370,36	34.893,62	34.608,09 (3.688,46)	779.723,49
Jan/15	231.628,79	159.706,63	17.654,81	29.972,46	777.180,41
Fev/15	229.952,42	136.952,53	8.811,85	10.635,00	783.337,89
Mar/15	229.489,56	163.880,54	18.903,89	10.554,45	790.508,64

(1) Os empregados da Adusp são regidos pela CLT: as variações ocorrem, entre outros motivos, em função de adiantamentos de férias, que são descontados no mês seguinte; em função de horas-extras de alguns funcionários, necessidade, no caso, imposta pela dinâmica da greve. As despesas com as assessorias (jurídica + contábil + imprensa) não estão incluídas nessa alínea e somam mensalmente um valor médio por volta de R\$ 13 mil).

(2) Os itens mais importantes nessa alínea são a confecção da Revista Adusp e a impressão do Informativo (apenas essa última custa entre R\$ 11 mil e R\$ 15 mil por mês, quando há apenas duas edições mensais).

(3) Entre parênteses encontra-se o valor investido na campanha de data-base de 2014.

São Paulo, 28 de abril de 2015.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ciro Teixeira Correia', written in a cursive style.

Prof. Dr. Ciro Teixeira Correia

Presidente da Adusp – S. Sind.

ANEXO I

**Cópia do Ofício Cruesp, de 10/9/14, ao Secretário de
Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.**



Ofício nº 24/2014 - CRUESP

São Paulo, 10 de setembro de 2014.

Senhor Secretário,

A partir de 1995 o orçamento anual das Universidades Estaduais Paulistas corresponde a 9,57% da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado, conforme definido no Artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias. No entanto, os ganhos orçamentários advindos dos efeitos econômicos positivos do Plano Real sobre a arrecadação do ICMS têm se mostrado insuficientes, frente ao expressivo crescimento apresentado pelas três Universidades públicas paulistas após a fixação da alíquota de 9,57%.

Com o aval do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa, foi realizada uma forte expansão do Ensino Superior a partir de 2001. Além da criação de novos cursos, buscou-se ampliar a abrangência do ensino público paulista dentro do Estado, com a implantação de novos câmpus, destacando-se o caráter inovador de parcela expressiva dos cursos implantados em áreas não tradicionais, num esforço para responder aos novos desafios apresentados pelo mercado de trabalho. A UNESP estabeleceu sete novos câmpus nas cidades de Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Sorocaba, Tupã e Rosana. Na USP, surgiram o novo Câmpus da USP-Leste, o Câmpus II de São Carlos e a incorporação da FAENQUIL (Faculdade de Engenharia Química de Lorena). A UNICAMP implantou o novo Câmpus de Limeira.

Excelentíssimo Senhor

NELSON BAETA NEVES FILHO

Secretário Adjunto respondendo pela Secretaria de Ciência,

Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Inovação do Estado de São Paulo

Rua Itapeva, nº 26 - 10º andar – sala 1001 - Bela Vista - São Paulo - SP - Brasil - CEP 01332-000
Fone: (55 - 11) 3266.7650

O quadro a seguir mostra o expressivo crescimento das Universidades Estaduais Paulistas no período de 1995 a 2013:

INDICADORES FÍSICOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS: USP, UNESP E UNICAMP												
PERÍODO: 1995 E 2013												
INDICADORES	USP			UNESP			UNICAMP			TOTAL		
	1995	2013	Variação %	1995	2013	Variação %	1995	2013	Variação %	1995	2013	Variação %
Graduação												
Cursos de Graduação	132	289	118,9%	80	130	62,5%	44	68	54,5%	256	487	90,2%
Alunos Matriculados	33.479	58.204	73,9%	19.618	39.542	101,6%	9.992	18.338	83,5%	63.089	116.084	84,0%
Vagas no Vestibular	6.902	10.982	59,1%	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	13.203	21.736	64,6%
- Diurno	4.873	7.270	49,2%	3.156	4.870	54,3%	1.465	2.180	48,8%	9.494	14.320	50,8%
- Noturno	2.029	3.712	82,9%	1.155	2.564	122,0%	525	1.140	117,1%	3.709	7.416	99,9%
Concluintes	4.106	7.452	81,5%	3.017	5.557	84,2%	1.310	2.249	71,7%	8.433	15.258	80,9%
Pós-Graduação												
Cursos de Pós-Graduação	476	665	39,7%	125	233	86,4%	85	142	67,1%	686	1.040	51,6%
- Mestrado	257	347	35,0%	71	132	85,9%	46	74	60,9%	374	553	47,9%
- Doutorado	219	318	45,2%	54	101	87,0%	39	68	74,4%	312	487	56,1%
Alunos Matriculados	19.683	34.588	75,7%	6.824	16.882	147,4%	8.771	14.770	68,4%	35.278	66.240	87,8%
- Mestrado	8.024	14.149	76,3%	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	15.249	26.332	72,7%
- Doutorado	6.060	15.398	154,1%	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	10.438	27.437	162,9%
- Especiais	5.599	5.041	-10,0%	2.047	4.064	98,5%	1.945	3.366	73,1%	9.591	12.471	30,0%
Concluintes	2.643	6.245	136,3%	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	4.268	11.276	164,2%
- Dissertações Defendidas	1.584	3.817	141,0%	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	2.741	6.917	152,4%
- Teses Defendidas	1.059	2.428	129,3%	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.527	4.359	185,5%
Recursos Humanos												
Ativos												
Total de Docentes (M5+Outras Carreiras)	5.056	6.008	18,8%	3.497	3.730	6,7%	2.259	2.051	-9,2%	10.812	11.789	9,0%
Docentes - Carreira M5	5.056	6.008	18,8%	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	-11,9%	10.549	11.497	9,0%
- Auxiliares de Ensino e Mestres	952	44	-95,4%	1.520	178	-88,3%	459	21	-95,4%	2.931	243	-91,7%
- Doutores, Livre Docentes e Titulares	4.104	5.964	45,3%	1.977	3.552	79,7%	1.537	1.738	13,1%	7.618	11.254	47,7%
Docentes - Outras Carreiras	-	-	-	-	-	-	263	292	11,0%	263	292	11,0%
Regime de Trabalho (Carreira M5)	5.056	6.008	18,8%	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	-11,9%	10.549	11.497	9,0%
- RTP + RTC	1.257	778	-38,1%	216	597	176,4%	223	133	-40,4%	1.696	1.508	-11,1%
- RDIDP	3.799	5.230	37,7%	3.281	3.133	-4,5%	1.773	1.626	-8,3%	8.853	9.989	12,8%
Funcionários Técnico/Administrativo	15.105	17.448	15,5%	7.918	7.247	-8,5%	8.681	8.254	-4,9%	31.704	32.949	3,9%
Aposentados												
Docentes	1.586	2.806	76,9%	548	1.623	196,2%	341	1.210	254,8%	2.475	5.639	127,8%
- Carreira M5	1.586	2.806	76,9%	548	1.623	196,2%	320	1.069	234,1%	2.454	5.498	124,0%
- Outras Carreiras	-	-	-	-	-	-	21	141	571,4%	21	141	571,4%
Funcionários Técnico/Administrativo	3.074	2.601	-15,4%	1.052	3.512	233,8%	500	2.296	359,2%	4.626	8.409	81,8%

A ampliação de vagas na dimensão realizada representou um impacto adicional expressivo nas despesas de custeio e de pessoal.

Considerando que os gastos adicionais permanentes advindos da expansão do ensino superior não estão previstos na atual alíquota das Universidades sobre o ICMS, e que a criação do novo Câmpus da UNICAMP na cidade de Limeira e a incorporação da FAENQUIL pela USP estavam vinculados ao compromisso do Governo Estadual de repasse adicional de recursos mediante o aumento da quota-

parte dessas Universidades em, respectivamente, 0,05% (UNICAMP) e 0,07% (USP), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar as providências necessárias no sentido de que os recursos correspondentes ao percentual de 0,3370% sobre o ICMS-QPE discriminados no quadro abaixo sejam: 1) suplementados, em caráter emergencial, ao orçamento-2014 das Universidades; 2) incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2015, a título de repasse financeiro adicional aos 9,57% sobre o ICMS-QPE já aprovado conforme Artigo 4º da LDO-2015 e; 3) adicionados em caráter permanente aos 9,57% sobre o ICMS, mediante correção do Artigo 4º da LDO-2016.

ACRÉSCIMO DA QUOTA-PARTE DAS UNIVERSIDADES SOBRE O ICMS-QPE (EM %)

Universidade	% Vigente (LDO-2015) (A)	Expansão de Vagas (B)	Compromisso do Governo Estadual		Acréscimo solicitado (E = B + C + D)	TOTAL (F = A + E)
			Campus Limeira (C)	Incorporação FAENQUIL (D)		
UNESP	2,3447	0,1300	-	-	0,1300	2,4747
UNICAMP	2,1958	0,0220	0,0500	-	0,0720	2,2678
USP	5,0295	0,0650	-	0,0700	0,1350	5,1645
TOTAL	9,5700	0,2170	0,0500	0,0700	0,3370	9,9070

Ainda no que se refere aos recursos destinados às três Universidades Estaduais Paulistas cabe destacar, Senhor Secretário que, em desacordo com o que estabelece o Artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, são deduzidos indevidamente da base de cálculo do repasse às Universidades de 9,57% sobre o ICMS-QPE os valores correspondentes aos Programas Habitacionais do Governo Estadual, fato que, em 2013, provocou redução de R\$ 100,75 milhões no orçamento das Universidades. Diante do exposto, solicitamos a cessação permanente desses descontos e o repasse dos valores correspondentes a partir do corrente mês.

Por último, Senhor Secretário, mas não menos importante, torna-se necessário direcionar nossos esforços no sentido de incentivar a atratividade, a permanência e a dedicação exclusiva às Universidades da parcela dos servidores em que o Estado mais investiu na formação. Neste aspecto, julgamos necessário e



importante, e para tanto solicitamos sua valiosa colaboração, no sentido de que seja implementada uma proposta de alteração do texto do Artigo 115, inciso XII da Constituição Estadual em vigor, visando modificar o teto salarial no poder executivo estadual e municipal para 90,25% do subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Agradecendo antecipadamente pela atenção de Vossa Excelência, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

MARILZA VIEIRA CUNHA RUDGE
Presidente do CRUESP

ANEXO II

**Esclarecimentos aos Deputados sobre as necessidades de
ampliação dos recursos destinados às universidades
estaduais e da mudança do teto salarial**

I. Considerações sobre a expansão das Universidades Estaduais Paulistas e restrições de financiamento

I.1. É importante lembrar que só a partir de 1995 é que passou a vigorar a alíquota de 9,57% da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) — inscrita no artigo 4º da LDO —, uma conquista do Fórum das Seis na Assembleia Legislativa (Alesp). As alíquotas anteriores, 8,4% e 9% provaram ser altamente insuficientes para a manutenção adequada das universidades estaduais paulistas.

Contudo, repete-se esta situação de insuficiência de recursos, há anos registrada pelo Fórum das Seis, que necessita de providências urgentes por parte da Alesp. Em que pese a falta de recursos e os salários modestos, foi enorme a expansão das estaduais paulistas no período, fruto de trabalho árduo de docentes e funcionários técnico-administrativos, juntamente com a capacidade de tolerar condições bem aquém de adequadas às quais os estudantes têm sido submetidos. O quadro a seguir mostra este esforço, nem sempre devidamente valorizado pelo governo do Estado de São Paulo.

Universidades estaduais paulistas: crescimento de 1995 a 2013

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação
Docentes	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	- 11,9%	5.056	6.008	18,8%
Técnico-administrativos	7.918	7.247	- 8,5%	8.681	8.254	- 4,9%	15.105	17.451	15,5%
Cursos de graduação	80	130	62,5%	44	68	54,5%	132	285	115,9%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6.902	10.692	54,9%
Alunos matriculados / graduação	19.618	36.264	84,9%	9.023	18.338	103,2%	32.834	58.204	77,3%
Cursos de pós-graduação	83	233	180,7%	85	142	67,1%	476	664	39,5%
. Mestrado	-	132	-	46	74	60,9%	257	347	35,0%
. Doutorado	-	101	-	39	68	74,4%	219	317	44,7%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	12.818	168,3%	8.771	16.195	67,6%	19.683	34.588	75,7%
. Mestrado	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	8.024	14.149	76,3%
. Doutorado	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	6.060	15.398	154,1%
. Especialização	-	-	-	894	1.425	59,4%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.366	73,1%	5.599	5.041	- 10,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	2.643	6.245	136,3%
. Mestrado	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	1.584	3.817	141,0%
. Doutorado	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.059	2.428	129,0%

Fonte: Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP (1996-2014).

I.2. Aumento significativo das universidades, sem a devida contrapartida

Para além do esforço que resultou na expansão citada, todo ele custeado com a presente alíquota de 9,57% do ICMS-QPE, há ainda outros componentes importantes que indicam a insuficiência deste patamar de financiamento das estaduais paulistas. Entre eles, merecem destaque:

- Muito embora tenha sido declarada inconstitucional a destinação de 1% da arrecadação do ICMS para Habitação, o governo permanece descontando da base de cálculo de repasse às universidades o montante destinado aos programas habitacionais que patrocina.

Que a nossa posição sobre esta questão fique muito clara: todas as verbas destinadas ao atendimento de direitos sociais, como Educação, Saúde, Habitação e Previdência, entre outros, são fundamentais e sempre defenderemos sua ampliação. O que é inaceitável é tirar de um para financiar outro, ou seja, tirar da Saúde para financiar a Previdência ou tirar da Educação para financiar a Previdência...

Entretanto, esta mistura indevida de contas tornou-se comum: por exemplo, a lei que instituiu o SPPrev, o regime de Previdência dos servidores públicos estaduais, em seu artigo 26, inciso I, permite contar o pagamento dos aposentados da Educação Básica pública no estado (educação infantil, ensinos fundamental e médio) como parte do cumprimento da determinação da Constituição Paulista de que, no mínimo, 30% da receita de impostos devem ser aplicados na Educação Pública no Estado.

- Em contrapartida à incorporação da ex-FAENQUIL, hoje o *campus* da USP de Lorena, o governo do estado comprometeu-se em aumentar a dotação da USP em 0,07% do ICMS-QPE; a palavra foi empenhada, mas jamais foi cumprida;
- A Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH), conhecida como USP Leste, tem todo seu funcionamento — com todos os graves problemas ambientais a que foi submetida e que vieram à tona —, custeado sem aporte adicional de recursos por parte do Estado;
- Em contrapartida à instalação do campus de Limeira da UNICAMP, o governo do estado comprometeu-se a adicionar 0,05% do ICMS-QPE à alíquota destinada àquela universidade. Como no caso da USP, palavra foi empenhada, mas jamais cumprida.
- O Decreto 48.034, originalmente de agosto de 2003, contra o qual lutamos na Alesp, determina que:

“Ficam isentas do imposto as operações e as prestações de serviços internas, relativas a aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias”.

Esta providência reduz a arrecadação de ICMS, comprometendo todas as verbas vinculadas a impostos, inclusive os repasses para os municípios.

Registre-se que só com os compromissos não cumpridos do governo, a alíquota das estaduais paulistas deveria passar de 9,57% para 9,69% do ICMS-QPE.

I.3. Observações sobre a Nota Fiscal Paulista

A adoção do programa da Nota Fiscal Paulista (NFP) é uma tentativa do governo do estado de diminuir a sonegação, uma providência de boa índole, em princípio. Contudo, tal programa não pode ser financiado às custas das verbas destinadas ao cumprimento de direitos sociais inalienáveis da população, como Educação e Saúde, ou do repasse aos municípios, como é permitido pela lei que o institui.

Como bem observa, um documento do SINAFRESP entregue ao Ministério Público, trata-se de ICMS arrecadado e que portanto deve constar da base de cálculo de todas as verbas vinculadas, seja das universidades estaduais, seja da Educação em geral, seja dos municípios.

A tabela a seguir indica os montantes da NFP entre abril/2008 e abril/2014 (<http://www.fazenda.sp.gov.br/publicacao/noticia.aspx?id=2238>)

Liberações da Nota Fiscal Paulista

abril/2008	R\$ 765 mil
outubro/2008	R\$ 270,9 milhões
abril/2009	R\$ 558,4 milhões
outubro/2009	R\$ 514,9 milhões
abril/2010	R\$ 679,9 milhões
outubro/2010	R\$ 615,2 milhões
abril/2011	R\$ 760,9 milhões
outubro/2011	R\$ 762,9 milhões
abril/2012	R\$ 921,7 milhões
outubro/2012	R\$ 829,1 milhões
abril/2013	R\$ 930,4 milhões
outubro/2013	R\$ 805,6 milhões
abril/2014	R\$ 999,8 milhões

Por exemplo, segundo a tabela anterior, em 2013 tivemos uma arrecadação de

$$R\$ 930,4 \text{ mi} + R\$ 805,6 \text{ mi} = R\$ 1.736 \text{ milhões,}$$

que não foram computados, seja nos cálculos do que deve ser repassado aos municípios, seja na base de cálculo de todas as verbas vinculadas (por exemplo, às universidades, à educação em geral, à FAPESP etc.). Os municípios perderam 25% deste montante, ou seja, R\$ 434 milhões, enquanto que R\$ 1.302 milhões (i.e., R\$ 1,302 bilhões) ficaram de fora da base de cálculo das verbas vinculadas. *Vamos contabilizar esta perda na base de cálculo do repasse às universidades, pois a consideramos inaceitável.*

Evidentemente, mudar a prescrição de financiar um programa de governo às custas de verbas que deveriam ser destinadas à manutenção dos municípios e de direitos sociais está na alçada da Alesp.

Reivindicamos que os senhores deputados e as senhoras deputadas tomem as providências parlamentares cabíveis para corrigir esta distorção.

Como veremos a seguir, a situação é ainda mais séria, pois a redação do artigo 4º da LDO evita que as universidades recebam todo o volume de recursos advindos do ICMS.

II. O que deveria entrar na base de cálculo dos repasses às universidades

Com base na codificação de execução orçamentária e financeira da Secretaria da Fazenda, e com a interpretação dada à LDO pelo governo, além do desconto indevido da Habitação, apenas os seguintes itens são levados em conta no cálculo dos 9,57% do ICMS-QPE destinados às universidades estaduais:

1113 0251 : ICMS - Parte do Estado;
1113 0254 : ICMS - Parte Fundeb;
1721 36 : Transferência Financ. Do ICMS - Desoneração LC 87/96 (lei Kandir);
1931 1551 : ICMS em atraso - parte do Estado;
1931 1554 : ICMS em atraso - parte Fundeb;
1990 0151 : Programa de parcelamento incentivado - parte do estado;
1990 0154 : Programa de parcelamento incentivado - parte do Fundeb;

e a partir de 2013, quando surgiu o Programa Especial de Parcelamento (PEP), as alíneas

1990 0161: Prog. Esp. Parc. PEP - parte do estado
1990 0164: Prog. Esp. Parc. PEP - parte Fundeb.

Do ponto de vista do Fórum das Seis, além da cessação do desconto do montante da Habitação da base de cálculo, que em 2013 correspondeu a R\$ 1,053 bilhões e da inclusão na base de cálculo de 75% do total da Nota Fiscal Paulista, faltam um grande número de parcelas, discriminadas a seguir, juntamente com seu valor em 2013. A fonte que utilizamos é a Secretaria da Fazenda.

É importante registrar que os municípios recebem os 25% a que têm direito de todas as alíneas que seguem.

1911: Multas e Juros de Mora dos Tributos

1. 1911 4251: do ICMS - parte do estado -	R\$ 176,8 milhões
2. 1911 4254: do ICMS - parte Fundeb -	R\$ 44,2 milhões

3. 1911 4261: do ICMS s/ PPI-ICMS – parte do estado – R\$ 76,5 milhões
 4. 1911 4264: do ICMS s/ PPI-ICMS – parte Fundeb – R\$ 19,1 milhões
 5. 1911 4271: do ICMS s/ PEP-ICMS – parte do estado – R\$ 2.024,1 milhões
 6. 1911 4274: do ICMS s/ PEP-ICMS – parte do Fundeb – R\$ 506,0 milhões

Total 1911 – R\$ 2.846,7 milhões

1913: Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos

7. 1913 1551 : Juros de mora s/ ICMS inscrito – parte do estado – R\$ 93,2 milhões
 8. 1913 1554 : Juros de mora s/ ICMS inscrito – parte Fundeb – R\$ 23,3 milhões

Total 1913 – R\$ 116,5 milhões

1919 50 : Multas por auto de infração

9. 191950 51 : Multas p/ infr. Reg. ICMS – parte do estado – R\$ 54,6 milhões
 10. 191950 54 : Multas p/ infr. Reg. ICMS – parte Fundeb – R\$ 13,6 milhões

Total 1919 50 – R\$ 68,2 milhões

1931 15: Receita da Dívida Ativa do ICMS

11. 1931 1561 : ICMS Inscrito – acres. Financ.- parte do estado – R\$ 25,4 milhões
 12. 1931 1564 : ICMS Inscrito – acres. Financ.- parte Fundeb – R\$ 6,3 milhões

Total 1931 15 – R\$ 31,7 milhões

1990 99 : Outras Receitas

13. 1990 9951: ICMS não-inscr. acresc. financ. – parte estado – R\$ 77,2 milhões
 14. 1990 9954: ICMS não-inscr. acresc. financ. – parte Fundeb – R\$ 19,3 milhões
 15. 1990 9971: Acresc. Financ. s/PPI – parte do estado – R\$ 89,3 milhões
 16. 1990 9974: Acresc. Financ. s/PPI – parte Fundeb – R\$ 22,3 milhões
 17. 1990 9981: Acresc. Financ. s/PEP – parte do estado – R\$ 16,6 milhões
 18. 1990 9984: Acresc. Financ. s/PEP – parte do Fundeb – R\$ 4,1 milhões

Total 1990 99 – R\$ 228,8 milhões

O total que está sendo desconsiderado na base de cálculo das verbas destinadas às universidades estaduais é a soma destas parcelas:

Nota Fiscal Paulista (NFP) :	R\$ 1.302,0 milhões
Habitação :	R\$ 1.053,0 milhões
Total 1911 :	R\$ 2.846,7 milhões
Total 1913 :	R\$ 116,5 milhões
Total 1919 50 :	R\$ 68,2 milhões
Total 1931 15 :	R\$ 31,7 milhões

Total 1990 99 : R\$ 228,8 milhões

Total sem a NFP : 4.344,9 milhões de reais, ou seja, R\$ 4,345 bilhões;

Total com a NFP : 5.646,9 milhões de reais, isto é, R\$ 5,647 bilhões.

Apenas em 2013, 9,57% destes valores corresponderiam a **mais**

$0,0957 \times 4.344,9 \text{ milhões} = \text{R\$ } 415,81 \text{ milhões de reais e}$

$0,0957 \times 5.646,9 \text{ milhões} = \text{R\$ } 540,4 \text{ milhões de reais,}$

respectivamente, no orçamento das universidades estaduais paulistas.

Aliás, como já mencionado anteriormente, se o Executivo tivesse cumprido o compromisso dos adicionais de 0,07% de Lorena e 0,05% de Limeira (Unicamp), elevando os 9,57% para 9,69%, estas quantias seriam, respectivamente, de

$0,0969 \times 4.344,9 = \text{R\$ } 421,02 \text{ milhões e } 0,0960 \times 5.646,9 = \text{R\$ } 547,18 \text{ milhões.}$

O valor atualizado (pelo IGP-DI) para dez/2013 do total de recursos que deixaram de financiar as universidades estaduais por estas razões pode ser estimado em (pelo menos) R\$ 2 bilhões.

Evidentemente, este processo teve continuidade em 2014. Para corrigir todos estes problemas — exceto a NFP — é necessário dar nova redação ao artigo 4º da LDO-2015.

Nossas reivindicações estão expressas nas seguintes propostas de emendas ao texto da LDO-2015 enviado pelo Executivo :

Emenda 1 :

Artigo 4º- Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2014, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de **11,6% (onze inteiros e seis décimos por cento)** do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - Quota Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º - À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados **11,6% (onze inteiros e seis décimos por cento)** das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

Emenda 2 :

Artigo 4º- Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2014, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de **11% (onze inteiros por cento)** do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços

de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - Quota Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º - À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados **11% (onze inteiros por cento)** das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

Emenda 3 :

Artigo 4º- Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2014, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de **10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento)** do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - Quota Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º - À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados **10,5% (dez inteiros e cinco décimos por cento)** das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

Observamos que a parte crucial de todas as propostas de emenda é o trecho do caput do artigo 4º, que expressa

“ ... o percentual global de ...% **do total do produto da arrecadação** do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias... - ICMS - Quota Parte do Estado, no mês de referência.”

Emenda 4 :

Propõe-se acrescentar o parágrafo a seguir como § 3º do Artigo 4º da proposta de LDO do Executivo (renumerando os dois parágrafos na sequência):

Artigo 4º - (...)

§ 3º - O Poder Executivo envidará esforços no sentido da construção de um sistema de ensino superior público no estado e, respeitada a autonomia universitária, da adoção de tratamento isonômico nas instituições que o constituírem.

III. Defesa da Educação Pública e do Centro Paula Souza

III.1. Em relação aos recursos para a Educação em geral, propomos a seguinte emenda aditiva à LDO-2015 proposta pelo Executivo

Artigo ? - *O Estado aplicará em 2015 na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo trinta e três por cento (33%) da receita resultante de impostos, incluindo os recursos provenientes de transferências.*

III.2. Em relação aos recursos destinados ao Centro Paula Souza, propomos as seguintes emendas aditivas à LDO-2015 enviada pelo governo à Alesp:

Emenda 1 :

Artigo ? – O valor do orçamento do Centro Tecnológico Paula Souza será fixado na proposta orçamentária do Estado para 2015, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 2,1% **(dois inteiros e um décimo por cento)** do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

Parágrafo único – À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

Emenda 2 :

Artigo ? – O valor do orçamento do Centro Tecnológico Paula Souza será fixado na proposta orçamentária do Estado para 2015, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 1,5% **(um inteiro e cinco décimos por cento)** do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

Parágrafo único – À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizada.

Emenda 3 :

Artigo ? – O valor do orçamento do Centro Tecnológico Paula Souza será fixado na proposta orçamentária do Estado para 2015, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 1% **(um inteiro por cento)** do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

Parágrafo único – À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados 1% (um inteiro por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizadas.

IV. Em relação ao teto salarial no Poder Executivo

Esta é uma questão grave, que afeta parcela dos servidores públicos, justamente aquela na qual o Estado mais investiu na sua formação. O Anexo II é cópia do texto de matéria da página 6 do *Informativo Adusp 381*, que explicita as várias razões para considerarmos o subsídio do governador como altamente inadequado para permanecer como referência de teto salarial no Poder Executivo.

Em conjunto com várias entidades dos servidores públicos estaduais e municipais, estamos propondo que, a exemplo do realizado em outros estados (por exemplo, em Pernambuco), os senhores deputados e as senhoras deputadas apresentem e aproveem mudança na Constituição Estadual de forma a que o teto salarial passe a ser 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal, isto é, o subsídio de um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Um texto para a emenda constitucional reivindicada é o seguinte:

“Art 115. ...

XII. Para efeito do disposto no inciso XI e no § 12 do art. 37 da Constituição da República, fica fixado como limite da remuneração, subsídio, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, no Estado de São Paulo e municípios, abrangendo os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, o subsídio mensal dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos deputados estaduais e vereadores.”

São Paulo, 26 de junho de 2014
Coordenação do Fórum das Seis

ANEXO III

Artigo do Informativo Adusp 381 (p.6)
É preciso mudar o teto salarial do Executivo

É preciso mudar o teto salarial do Executivo

A reforma da Previdência iniciada pelo governo FHC e completada no governo Lula, uma agressão aos direitos dos trabalhadores do serviço público, estabeleceu, entre outras “providências”, tetos salariais para cada braço do governo: Judiciário, Legislativo e Executivo. No caso do Executivo Estadual, havia duas opções: fixar o teto em 90,25% da remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal, STF (hoje, R\$ 29.462,25), como é o caso do salário de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ): R\$ 26.589,68; ou fixá-lo em 100% do subsídio do governador: atualmente, R\$ 20.662. O governo de São Paulo ficou com a segunda opção. Há problemas graves com ela.

Idealmente, um teto salarial no serviço público deve estar ligado a uma carreira e aos direitos e benefícios que advêm da progressão nesta carreira. Há, evidentemente, que prover salvaguardas contra abusos, uma ampla gama dos quais já se encontram inscritas na legislação vigente, em particular na Constituição Federal (CF). Dada a natureza autoritária e não raro repleta de arbítrio com que agem as forças políticas que controlam o país e a sua administração, torna-se necessário recorrer ao Judiciário para obter correções devidas da remuneração dos servidores. Dois exemplos ilustram este fato: nossa luta em função de gatilhos não pagos pelo governo estadual e, mais recentemente, a busca de ressarcimento pela conversão errônea dos nossos salários de URVs em reais. Com todos os problemas que sabemos existir no Judiciário, estas correções tornam-se parte integrante do salário dos servidores públicos envolvidos.

Problemas graves.

Parece claro que subsídio de governador (e de prefeito ou presidente) não é salário, pois possuem as verbas de representação e subsídios de exercício da função que fazem com que suas contas não sejam arcadas pelo seu “salário”.

Ao estabelecer um limite que não está ligado ao desenvolvimento de uma carreira no serviço público, mas a uma quantia que pode ser arbitrada politicamente pela respectiva Assembleia Legislativa, concretiza-se uma enorme disparidade de remuneração para trabalhos de mesma natureza. Servidores públicos federais, estaduais e municipais que realizam trabalho análogo, e possuem capacitação equivalente, serão retribuídos de modo drasticamente

diferente. Só para se ter uma ideia, levantamento da revista Exame no final de março/2013 (<http://goo.gl/ihWktE>) indicava que os subsídios mensais dos governadores no país variavam entre R\$ 9.600 e R\$ 26.700! Nem vamos falar dos prefeitos...

Tão grave quanto a falta de isonomia para exercício de função análoga é o estímulo à privatização das atividades fundamentais do Estado: a remuneração obtida via participação em atividades de fundações privadas não está, evidentemente, submetida ao “teto”.

Falácias.

Além disso, abre espaço político para tentar caracterizar toda uma categoria, que tem salários modestos diante do grau de formação necessário e da importância social do trabalho que desenvolve, como ganhando acima do que seria justo. Por exemplo, um professor titular, que em geral para chegar a esse nível precisa de 20 a 30 anos de carreira, mestrado, doutorado e livre-docência, tem um salário base, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, de R\$ 13.656,62. O que recebe acima disto corresponde aos adicionais por tempo de serviço, fundamentalmente os quinquênios (5% a mais a cada cinco anos). Se ao acumular, depois de 30 ou 40 anos de carreira, seis ou mais quinquênios e seu salário superar o subsídio do governador, ainda assim estará longe de caracterizar um “super salário” ou um “marajá”.

Muito se fala da comparação entre o salário médio dos trabalhadores brasileiros e os da universidade. Este argumento também é falacioso: todos sabemos as condições de superexploração a que está submetida a maioria destes trabalhadores. Assim, junta-se a fome com a vontade de comer: arrocho geral de salários, precarização das condições de vida e trabalho da maioria, via terceirização e desemprego; em paralelo tacha-se de “marajás” aqueles que possuem alguma condição de defender-se e investiram a vida no serviço público, enquanto se promove a privatização dos serviços prestados à sociedade.

Ou seja, ao contrário do que se tenta propalar, um “teto” que não está associado a uma carreira não tem a finalidade de “moralizar” coisa alguma, mas sim de constranger o salário da faixa de servidores públicos onde o Estado mais investiu na sua formação, bem como de promover o fracionamento de categorias profissionais nos diversos níveis de governo, ao mesmo tempo em que incentiva a privatização dos serviços públicos. Há método nesta (aparente) loucura...

Como mudar?

Dadas as restrições impostas pelas mudanças feitas na Previdência, culminando com as de 2003, a única saída no momento é mudar a Constituição Estadual com fundamento no que foi permitido pela Emenda Constitucional 47/2005, a exemplo do que ocorreu em Pernambuco: estabelecer como “teto”, para todo o Estado, inclusive os municípios, 90,25% do subsídio de um ministro do STF (90,25% de R\$ 29.462,25 = R\$ 26.589,68), um valor que, ao menos, está ligado a uma carreira pública (desembargador do TJ). Está claro que esta mudança vai muito além das universidades estaduais, sendo do interesse de todos os servidores estaduais. Veja a íntegra da emenda que estamos defendendo em <http://bit.ly/RwWfSU>. A Adusp e o Fórum das Seis estão empenhados, juntamente com outras entidades de servidores estaduais, em pressionar os deputados na Assembleia Legislativa (Alesp) para que seja modificada a Constituição Estadual no sentido acima exposto. Como sempre, não será fácil, dados os interesses políticos e econômico-financeiros em jogo. Foi agendada audiência pública na Alesp para o dia 27/5, às 14 horas, quando faremos a denúncia dos montantes que vêm sendo sonogados das verbas das universidades estaduais e apresentaremos a nossa proposta de mudança constitucional em relação ao teto. Compareça!

Anexos 1 a 5

Diretoria Regional de Bauru

Descontos indevidos sobre o Abono de férias

Quando a USP concede anualmente o **Abono de férias**, ela costuma descontar deste valor uma parcela do montante para o Imposto de Renda e outra parcela para o IAMSPE.

Segundo a Constituição Federal, todo Servidor público **tem direito** ao Abono de férias, que consiste numa quantia adicional ao salário, equivalente a um terço dos dias de férias. O Tribunal de Justiça de São Paulo **já decidiu** que sobre este tipo de verba não há incidência de contribuição previdenciária, assistencial e de imposto de renda.

Isto significa que os referidos descontos não podem ser feitos, como também não podiam ter sido feitos no decorrer de todos estes anos.

1- Caso queira saber mais detalhes, acesse o “site” da Adusp

www.adusp.org.br

2- Procure a reportagem do Informativo Adusp 364, com o título seguinte:

[Jurídico da Adusp: Descontos indevidos de IR e IAMSPE no pagamento do abono de férias](#)

Resumindo: todo este montante de dinheiro que nos foi tirado indevidamente, por Lei terá que nos ser devolvido.

A Adusp vai ingressar com mais esta Ação judicial em nome de seus Associados.

[colaboração de **Ciro Teixeira Correia**]

Novo Representante da FOB no CR da Adusp

A Diretoria da Adusp tem um colegiado assessor denominado **Conselho de Representantes** (CR)

O **Representante** é o **sócio da Adusp**, eleito pelos demais afiliados na sua Unidade, para representá-la por um **período bienal**.

Um dos deveres do Representante (ou de seu Suplente) é participar da reunião mensal deste CR, na sede da Adusp, na cidade de SP.

Meu mandato de 2 anos como Representante da FOB **encerra-se agora** em junho.

Quero publicamente agradecer, pelo estímulo e pelo apôio que tive durante este mandato, ao Arsênio Sales Peres, ao Euloir Passanezi, assim como a todos os colegas do próprio CR e da Diretoria.

O **Representante (Titular) já eleito** para a gestão julho de 2013 a junho de 2015 é o **Marco Antonio Húngaro Duarte**; seu **Suplente** é o **Arsênio Sales Peres**.

Ambos **serão empossados em data próxima**, ainda a ser determinada.

Todos os sócios locais da Adusp serão informados da data da sessão de posse, a qual será realizada na cidade de São Paulo.

Caso queira saber **mais detalhes**, acesse o "site" da Adusp, através do endereço eletrônico seguinte:

www.adusp.org.br

Então, **procure a reportagem** acerca deste acontecimento, no Informativo Adusp desta quinzena.

Um lembrete: os 31 Professores da FOB, associados da Adusp, **não precisarão fazer nada** a respeito da Ação judicial que envolve as quantias do Abono de férias indevidamente enviadas ao Iamspe e ao Imposto de Renda.

A Adusp vai ingressar com mais esta Ação judicial em nome de seus Associados.

Votos de todos na eleição para Reitor da USP

A palavra **“todos”** engloba Professores, Funcionários (não-docentes) e Alunos (de Graduação e de Pós-graduação).

A Associação dos Docentes da USP (Adusp), a Associação de Pós-Graduandos Helenira 'Preta' Resende (APG-USP) e o DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme têm desenvolvido ações conjuntas **para democratizar o processo de escolha do reitor da Universidade.**

Nesse sentido, obtivemos sucesso na iniciativa de conseguir o número suficiente de assinaturas de membros do Conselho Universitário (Co), para que entre na pauta o deliberar sobre **propostas de alteração do Estatuto da USP,** no que se refere ao **processo de eleição para Reitor,** conforme **ofício conjunto protocolado na Secretaria Geral em 04/07/2013.**

Para potencializar esta e outras iniciativas de real democratização da estrutura de poder na USP, **é necessário o engajamento de todos na campanha "EU QUERO VOTAR PARA REITOR".**

Para votar:

- 1- Acesse o site da Adusp – www.adusp.org.br
- 2- Logo na primeira página, há **uma janela vermelha**, em cujo interior está escrito “Acesse o link e some sua voz à esta luta!”
- 3- Clique nesta janela e preencha a ficha que vai aparecer.
(Pode deixar em branco o campo E-mail)
- 4- Faça o envio necessário.

Adusp

Assembleia Setorial Adusp Regional Bauru – 30/05/2014

DELIBERAÇÃO DOS PRESENTES

Em assembleia setorial realizada pela Diretoria Regional da Adusp de Bauru, após convocados todos os servidores docentes de Odontologia e Fonoaudiologia do Campus USP de Bauru, nesta data, na Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo, decidiu-se por unanimidade:

- 1º) Afirmar a indignação com a falta de respeito pelo Docente da USP com o arrocho salarial imposto pelo CRUESP;

- 2º) Apoiar os colegas que já estão em greve legítima na luta contra o zero por cento de aumento;

- 3º) Apontar o descontentamento da categoria docente em Bauru e concentrar forças dos presentes na assembleia para construir um movimento local;

- 4º) Permanecer, desde agora, em assembleia permanente, em consonância com a assembleia geral da Adusp;

- 5º) Deixar marcado próximo encontro presencial às 14h 00min. da próxima terça-feira, dia 03 de junho de 2014, no anfiteatro V do prédio da didática da FOB.



Prof. Dr. César Antunes de Freitas

Diretor Regional da ADUSP Campus USP de Bauru

Adusp lutará para reverter a perda do Centrinho

A edição de 30 de agosto de 2014 do Jornal da Cidade, de Bauru, traz reportagem intitulada “Centrinho mobiliza classe política”, que versa sobre o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC, afetivamente denominado “Centrinho”), localizado em Bauru, no campus local da Universidade de São Paulo.

Políticos bauruenses citados na matéria questionam a transferência do Centrinho, pertencente à USP, mas que, após decisão de 26/8/2014 do Conselho Universitário, está em processo de transferência para o Sistema Estadual de Saúde. Eles concordam que não houve uma discussão ampla de todos os setores da comunidade local sobre a citada transferência, a qual acarretaria perdas enormes para a USP, para o ensino superior público e, obviamente, também para a cidade de Bauru.

A reportagem reproduz declarações dos vereadores Fabiano Mariano (PDT) e Renato Purini (PMDB) de que pretendem mobilizar seus colegas, com o intuito de “agendarem uma audiência junto à Reitoria da USP”, para esclarecerem suas muitas dúvidas acerca deste processo. O prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) questiona a capacidade orçamentária e o interesse do governo do Estado em custear o hospital especializado: “Essa transferência, se ocorrer, não será da noite para o dia. Mas a cidade tem que participar ativamente desse debate. O Centrinho é muito mais do que um cartão postal para Bauru”, avaliou. Ele esclareceu que já havia se reunido, na quarta-feira anterior, com a Diretoria da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e a Superintendência do Centrinho, quando se ofereceu para discutir o assunto.

Na sessão de 1/9 (segunda-feira) da Câmara Municipal de Bauru, pronunciaram-se sobre a desvinculação, questionando-a, e assinalaram a necessidade de debates públicos amplos sobre este assunto (os quais não aconteceram) quatro outros vereadores: Arildo de Lima Jr. (PSDB), Roberval Sakai Bastos Pinto (PP), Roque José Ferreira (PT) e o próprio presidente da Câmara, Alexssandro Sandro Bussola (PT).

A transferência do Centrinho para o Serviço Estadual de Saúde é inaceitável, nos moldes em que ocorreu. O Reitor divulgou sua intenção de desvincular o HRAC em 15/8; o Conselho Universitário aprovou a medida em 26/8, apenas onze dias depois! Não houve nenhuma seriedade nisso, pois não houve sequer tempo para analisar com serenidade as implicações da transferência ao governo estadual.

Deveriam ter sido consultados não apenas os 37 membros titulares da Congregação da FOB e os 18 componentes do Conselho Deliberativo do HRAC, mas todos os 140 professores da faculdade, todos os servidores técnico-administrativos das duas instituições (cerca de 900 pessoas) e todos os

alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação em Odontologia e em Fonoaudiologia.

Os membros do Conselho Universitário da USP foram levados a crer que o corpo do HRAC e o corpo da FOB, bem como toda a comunidade bauruense, são favoráveis à transferência do Centrinho, o que não corresponde à realidade, pois não houve consulta, muito menos debate que a subsidiasse.

Deveriam ter sido consultadas em Bauru a sociedade local, a população usuária de serviços de saúde pública e as entidades representativas, tais como a comunidade local da Unesp, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD), a Associação Paulista de Medicina (APM), a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBF), o Conselho Regional de Psicologia - SP (CRP-SP), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e a Secretaria Municipal de Educação de Bauru, bem como as entidades sindicais Adusp, Sintusp, Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) e Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP - Subsede de Bauru), entre outras.

Ao lado da população e da sociedade civil de Bauru, e também ao lado dos setores da USP que não aceitam tal imposição antidemocrática, a Adusp lutará para reverter a desvinculação do Centrinho.

César Antunes de Freitas, Prof. Dr.
Diretor Regional da Adusp de Bauru
Docente da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)

(colaborou Pedro Estevam da Rocha Pomar)

Acesse sempre www.adusp.org.br